

Acção Socialista



Nº 1261 5 Abril 2006

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt

SIMPLEX Simplicidade, qualidade e agilidade MODERNIZAR PORTUGAL



Assembleia da República 8

Aprovada lei da paridade

Jornadas Parlamentares 12 a 14

Relações exemplares entre o Governo e o Grupo Parlamentar

Entrevista a Mário Lino 10

Plano Rodoviário é objectivo prioritário



SUPLEMENTO



www.ps.pt Aconteceu, já é notícia.





JORGE SEGURO SANCHES
Director

Quanto mais simples melhor

A PESAR de ser quase um lugar comum dizer-se que o Estado deve ser o primeiro a dar bons exemplos e mesmo apesar de durante as últimas décadas democráticas muito se ter feito no sentido de um Estado menos burocrático e mais próximo dos cidadãos, os portugueses sentem que o Estado, fiel a um modelo napoleónico, continua distante e desconfiado dos cidadãos mas também pesado e pouco eficiente.

A aprovação pelo Governo do PS de um Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa – o Simplex – é uma resposta que se pretende pronta e eficaz às necessidades dos cidadãos e das empresas.

Utilizando como lema “Quanto mais simples melhor”, o programa do Governo do PS pretende contribuir para aumentar a confiança dos cidadãos e das empresas na Administração Pública, tomando-lhes mais fácil o exercício dos seus direitos e o cumprimento das suas obrigações, não esquecendo a racionalização e a eficiência da própria Administração Pública, ao promover uma maior partilha de meios e informação entre os serviços públicos e estimulando a colaboração nos processos transversais e a organização do trabalho em rede.

Pretende-se que a simplificação administrativa e legislativa lançada deve consistir num factor determinante no sentido do reforço da competitividade de Portugal

Com o Simplex que engloba 333 medidas em seis áreas: eliminação de certidões (100); eliminação de papel ou desmaterialização (107); simplificação (81); desregulamentação (7); facilitação do acesso aos serviços públicos (21); e consolidação de regimes jurídicos (15) pretende-se que a simplificação administrativa e legislativa lançada deve consistir num factor determinante no sentido do reforço da competitividade de Portugal, através da redução e eliminação do excesso de encargos administrativos que os diplomas legais e regulamentares ou os procedimentos administrativos criam para os cidadãos e para as empresas.

Algumas horas depois da apresentação SIMPLEX, o Fórum Económico Mundial divulgou que Portugal subiu, no “ranking” mundial de utilização de tecnologias de informação, três lugares, passando para a 27ª posição mundial e para a 13ª ao nível europeu, ficando à frente de países como a Espanha ou a Itália.

Um excelente sinal para um país que nos últimos anos apenas recebeu invariavelmente sinais negativos de crescimento e de confiança. Estamos certamente no bom caminho.

Défice fica nos 6 por cento sem truques ou artifícios

OE 2005

O DÉFICE público português ficou em 2005 nos 6 por cento do produto interno bruto (PIB), em linha como o previsto pelo Governo, anunciou o ministro das Finanças, sublinhando que o valor foi apurado sem recurso a “truques ou artifícios”

O valor apresentado por Teixeira dos Santos em conferência de imprensa é de 8.866,7 milhões de euros, que corresponde a 6,02 por cento do produto interno bruto (PIB) estimado de 147.249 milhões de euros, arredondado para 6,0 por cento.

Teixeira dos Santos afirmou que os procedimentos seguidos para o apuramento do défice são tão importantes em termos de credibilidade como a própria consolidação orçamental.

O valor do défice foi apurado por uma comissão técnica constituída por elementos da Direcção-Geral do Orçamento, pertencente ao Ministério das Finanças, do Instituto Nacional de Estatística e do Banco de Portugal.

Segundo o governante, esta forma de apurar o valor do défice faz com que “se deixe de justificar o recurso a comissões especiais para o apuramento da real situação das finanças públicas”. Isto “reforça a confiança e o rigor”, acrescentou. E sublinhou ainda o facto de o valor do défice ter sido apurado sem

recurso a “medidas extraordinárias”.

E explicou que o défice de seis por cento conseguido, com um crescimento económico abaixo do antecipado, se deve a vários factores, entre os quais uma “melhor cobrança fiscal”, garças em particular às cobranças executivas, cujo objectivo de 1,3 milhões de euros foi superado em 100 milhões de euros.

Além da melhoria da receita por esta via do combate à fraude e evasão fiscal, o ministro mencionou também o efeito positivo resultante do aumento da taxa normal do imposto sobre o valor acrescentado.

Por outro lado, acrescentou, a disciplina do lado da despesa também contribuiu de forma positiva para o valor final do défice.

Teixeira dos Santos atribuiu ainda às autarquias locais e ao aumento da contribuição portuguesa para a União Europeia a responsabilidade por o valor do défice não ter ficado abaixo do equivalente a 6,0 por cento do PIB, como se chegou a admitir após se conhecer a execução orçamental do subsector Estado.

Sem o aumento da contribuição, em 202 milhões de euros imputados a 2005, resultante da revisão dos valores do PIB feita à escala da União Europeia para actualização a base de referência das Contas Nacionais, o défice equivaleria a 5,9 por cento do PIB.

Assinado protocolo de instalação da Colecção Berardo no CCB

O ACORDO alcançado para a criação do Museu Colecção Berardo de Arte Moderna e Contemporânea em Lisboa marca “o fim de dez anos de incompreensíveis hesitações” para aumentar a oferta cultural do país.

Esta a ideia transmitida pelo primeiro-ministro, José Sócrates, durante a formalização do protocolo de instalação no Centro Cultural de Belém de um núcleo permanente de 863 obras de arte da conhecida colecção Berardo, uma iniciativa que resulta da parceria entre o Ministério da Cultura e a fundação criada pelo empresário madeirense.

“Chegaram ao fim os episódios com a colecção Berardo, chega agora o Museu Berardo”, afirmou Sócrates perante largas dezenas de convidados, defendendo que “é do interesse público e uma obrigação do Estado criar mais oportunidades de oferta cultural, porque acrescenta à qualificação dos portugueses, mas também à economia do país”.

Após sublinhar a importância de Portugal se assumir como exemplo de país “com uma cultura universalista e cosmopolita”, José Sócrates afirmou que “ninguém compreenderia” que o Estado não criasse as condições necessárias para que a colecção Berardo não estivesse patente ao público.

“Com esta parceria sai a ganhar o comendador Joe Berardo, o Centro Cultural de Belém e Portugal”, vincou, classificando



ainda a conduta do empresário madeirense como “um bom exemplo a seguir de mecenas cultural a favor do país”.

Durante a assinatura do protocolo, a ministra Cultura, Isabel Pires de Lima, qualificou a fixação em Portugal da colecção Berardo como “um contributo para a qualificação dos portugueses”.

“Num mundo globalizado, a cultura e as artes têm já, e terão cada vez mais, um papel decisivo e insubstituível”, salientou, lembrando de seguida que a referido acervo, “muito cobiçado no exterior”, inclui

autores de “primeira grandeza” como Picasso, Miro, Dalí, Francis Bacon, Andy Warhol, Paula Rego e Antoni Tàpies, entre outros, que, na sua maioria, “não estavam até agora disponíveis nas colecções públicas dos museus nacionais”.

A ministra disse igualmente que será imprimida à colecção “uma forte vocação de itinerância”, na linha da política descentralizadora do seu ministério.

A abertura ao público do Museu Colecção Berardo de Arte Moderna e Contemporânea deverá acontecer até 31 de Dezembro deste ano.

Maior reforma desde o 25 de Abril extingue 187 organismos

PRACE

Melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos é o objectivo da grande reestruturação aprovada para a Administração Pública.

J. C. CASTELO BRANCO

NA APRESENTAÇÃO do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), o primeiro-ministro, José Sócrates, sublinhou que esta reforma vai “prestigar a Administração Pública” apostando na “modernização e requalificação”.

A “maior reforma dos últimos 30 anos”, como lhe chamou o ministro das Finanças, prevê a redução de 187 organismos da Administração Central, por fusão ou extinção.

Das 518 estruturas actualmente existentes, são extintas 246 e criadas 60, reduzindo a Administração Central a 331 estruturas. Como objectivo central estão a qualidade dos serviços públicos, com ganhos de eficiência e racionalização dos recursos a ele afectos. A Presidência do Conselho de Ministros é a área mais afectada com a extinção de organismos.

Ao intervir no dia 30, no Ministério das Finanças, em Lisboa, na sessão que assinalou a aprovação em Conselho de Ministros do PRACE, José Sócrates afirmou que esta reforma “inadiável, urgente e necessária” vai ser implementada “sem voluntarismos e com precaução, para não deitar fora aquilo que demorou tantos anos a conquistar”.

Subjacente à reforma estão critérios de “racionalização e eficiência”, reiterou o primeiro-ministro, para frisar que as medidas agora avançadas não foram baseadas “apenas no objectivo de querer gastar menos dinheiro”.

A reforma, adiantou, tornou-se uma prioridade, porque os cidadãos querem ter “a garantia que os impostos servem para o interesse geral e não para gastar em estruturas sem sentido”.

Reorganizar e racionalizar

Sócrates destacou ainda a necessidade de descentralizar funções para as Câmaras Municipais, tendo já sido pedido um relatório à comissão técnica que acompanhou o PRACE, e de apostar na mobilidade dos trabalhadores.

“Se um hospital tem médicos a mais e um próximo a menos, há que mobilizar profissionais”, exemplificou.

Por seu turno, o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, fez



questão de sublinhar que o objectivo deste programa “não é despedir ou reduzir funcionários públicos, mas sim reorganizar e racionalizar”.

Esta reforma, “que é a maior reforma dos últimos 30 anos”, sublinhou, “não é contra os funcionários públicos, mas pelo prestígio da administração”.

Segundo Teixeira dos Santos, “esta reestruturação vai obrigar à movimentação de funcionários públicos de uns serviços para outros”, acrescentando que “vão ser promovidas alterações de regras que dificultam esse mobilidade e também formação e requalificação de forma a habilitar o desen-

“A reestruturação visa prestigiar a Administração Pública e a confiança do cidadão no Estado”

José Sócrates

“Esta reforma não é contra os funcionários públicos, mas pelo prestígio da Administração Pública”

Teixeira dos Santos

volvimento de um novo tipo de função”.

Afirmando ser prematuro avançar com um número de trabalhadores a colocar no quadro de supranumerários, o ministro admitiu que para o final do ano já será “possível ter uma ideia mais precisa do número de funcionários afectados”.

Já o ministro de Estado e da Administração Interna, António Costa, num dos pontos da sua intervenção, explicou os motivos que levam o Governo a manter o cargo de governador civil. É que, lembrou, existe um “imperativo constitucional” para a manutenção do cargo

“enquanto as regiões administrativas não estiverem concretamente instituídas”.

Segundo António Costa, é igualmente importante que o Governo mantenha os seus “representantes políticos” ao nível dos distritos “em coincidência com os círculos eleitorais” das eleições para a Assembleia da República.

O ministro defendeu ainda que certas tarefas dos governadores civis, em questões como a segurança e protecção civil, são importantes, acrescentando ser necessário que a reforma da Administração Pública seja “pilotada” pelos governadores civis

NÃO VAI HAVER DESPEDITAMENTOS

O primeiro-ministro, José Sócrates, garantiu que não vão ser feitos despedimentos de funcionários públicos, em consequência do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE).

“Não vai haver nenhum despedimento, não há despedimentos na função pública porque isso, aliás, seria ilegal”, declarou José Sócrates à margem da cerimónia de entrega do Prémio Personalidade do Ano 2005 a António Guterres, que decorreu no Casino Estoril.

APOSTA NA MOBILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, afirmou que o Governo pretende tomar medidas para aumentar a mobilidade dos funcionários públicos, no âmbito do PRACE. “Vamos colocar a tónica na mobilidade”, sublinhou.

Na “Grande Entrevista” da RTP 1, Teixeira dos Santos reafirmou que “a mobilidade é importante na reforma da Administração Pública” e que o Executivo está a preparar um conjunto de alterações nesse sentido.

Modernização da Administração Pública veio para ficar



SIMPLEX

Simplicidade, qualidade e agilidade são os conceitos-chave do novo programa de combate à burocracia do Governo, marcado por 333 medidas concretas.

MARY RODRIGUES

“SIMPLEX” significa que “o esforço de inovação no Estado veio para ficar e permanecerá”. Esta uma das ideias centrais sublinhadas pelo primeiro-ministro, José Sócrates, na cerimónia pública de apresentação de centenas de medidas para a modernização dos mais diversos sectores da vida pública portuguesa e que vão desde a eliminação de certidões, documentos em papel, desburocratização de procedimentos, até à facilitação do acesso aos serviços públicos.

Ladeado por António Costa, Jorge Lação e Maria Manuel Leitão Marques, o chefe do Executivo socialista considerou que o Programa engloba 333 passos que, unidos a outros no futuro, darão um contributo importantíssimo para o crescimento económico do país, frisando que todos serão postos em prática ao longo do ano.

Perante centenas de pessoas que se reuniram no Centro Cultural de

Belém no passado dia 27, o primeiro-ministro considerou que este combate à burocracia permitirá “poupar dinheiro às empresas para que elas invistam mais”.

E acrescentou que, para além de “melhorar a qualidade de vida” dos portugueses, o Simplex visa ainda “eliminar a visão clássica que o cidadão tem do Estado: distante, arrogante, tantas vezes prepotente e tantas vezes opaco”.

Algumas medidas constituem mesmo – venceu – “verdadeiras revoluções” que catalisarão o surgimento do novo paradigma relacional entre pessoas, empresas e aparelho estatal, acabando com a era da Administração Pública “polícia da livre iniciativa individual”.

“Este programa visa o prestígio do Estado, tendo sido concebido por funcionários públicos, pessoas dedicadas, que querem uma administração pública respeitada”, enfatizou, para depois rematar dizendo: “Acabou-se com a era do Estado polícia em que se julgava que para cada problema havia sempre uma solução burocrática e em que o Estado exigia tudo e todos sem nenhuma justificação”.

Das 333 medidas do Simplex, José Sócrates sublinhou a democratização do acesso ao Diário da República com a sua edição on-line e gratuita, bem como a importância de os alunos deixarem de ter de se matricular todos os anos nas

situações em que continuam na mesma escola e o fim da obrigatoriedade das empresas e cidadãos requererem certidões de dívida junto dos serviços das Finanças e da Segurança Social para efeito de relacionamento com outros serviços públicos.

“Depois das 333 medidas, haverá quem diga que é pouco. Quero concordar com esses, mas também dizer-lhes que a verdade é que nunca antes foi feito”, afirmou, quando se pronunciava sobre as consequências das medidas de desburocratização adoptadas.

Na opinião do chefe do Governo, a modernização do Estado em Portugal “nunca se fará sem a introdução de inovação ao nível dos programas, dos métodos, dos processos e dos objectivos”.

“O Simplex é um programa inovador e significa que a inovação na Administração Pública nacional veio para ficar”, assegurou, reconhecendo, porém, que “a luta contra a burocracia é um caminho sem fim”.

Todavia, fez questão de clarificar que o programa “não é um passo, mas mais 333 passos para a modernização da Administração Pública, aos quais se somam outros já dados pelo Governo desde que iniciou funções e os que virão”.

Antecipando-se a eventuais críticas ao carácter do Simplex, Sócrates declarou que “alguns gostam de desvalorizar esta linha

política assente no combate à burocracia, considerando-a marginal e secundária”.

Mas isso, observou, “embora fazendo parte da nossa cultura, é uma asneira”.

“Quando o discurso político se distrai desta luta, as coisas deixam de andar”, contrapôs, antes de lamentar que a sociedade portuguesa “viva em parte na inconsciência sobre os custos da burocracia”.

Após advogar a colocação do combate à burocracia “no topo da pirâmide do discurso político”, o chefe do Executivo socialista defendeu que o Simplex “dará um contributo ao crescimento económico” através da redução dos custos administrativos, de poupando dinheiro às empresas para que se tornem mais competitivas”.

Reforçada responsabilidade dos ministérios

Antes, o ministro da Administração Interna, António Costa tinha afirmado que, “conhecendo o gosto do senhor primeiro-ministro pela destruição de resíduos”, o Governo quer “criar contentores de resíduos burocráticos perigosos”.

O Simplex prevê 100 medidas para a eliminação de certidões, 109 para a eliminação de papel (desmaterialização), 81 para a simplificação e a desburocratização, 7 para a desregulamentação, 21 para a facilitação do

acesso aos serviços públicos e 15 para a consolidação dos regimes jurídicos.

O Governo garante que o programa vai reforçar a responsabilidade de todos os ministérios para com o objectivo da desburocratização e espera que a maioria dos procedimentos possam ser alargados às autarquias.

Neste ponto, António Costa defendeu que o sucesso deste depende fundamentalmente da transparência e responsabilização e lembrou que ele envolve todos os membros do Executivo.

Já o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lação, sublinhou que “simplificação é o lema deste programa”, que, ao mesmo tempo, “significa mais qualidade”.

Segundo Jorge Lação, vão ser poupados anualmente 3 milhões de euros, num total de 400 toneladas de papel só com a edição electrónica do “Diário da República”, por exemplo.

Para a coordenadora da UCMA, Maria Manuel Leitão Marques, o Simplex é só o princípio da simplificação dos serviços e procedimentos da Administração pública.

A responsável acredita ser possível colocar Portugal ao nível dos países com melhores práticas administrativas até 2009, com as medidas anunciadas e com outras que serão criadas em 2006 e 2007.

Algumas medidas da mudança



ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- Os mais diversos formulários, como o requerimento para a prova teórica de candidatos a condutores vão estar à distância de um "clique"
- Pedido "on-line" de reavaliação da prova teórica do exame de condução o candidato a condutor discordar dos resultados
- Concessão de alvarás de escolas de condução "on-line"
- Substituição dos actuais nove títulos que permitem aos imigrantes trabalhar e residir em Portugal por um único: a autorização de residência



AGRICULTURA

- Agilização da acreditação de técnicos responsáveis
- Emissão "on-line" da certificação do vinho
- Simplificação de processo de certificação do controlo da qualidade



AMBIENTE

- Revisão do conceito de Reserva Ecológica Nacional tornando-o menos restritivo
- Criação de um modelo único de registo electrónico a aplicar sobre dados relativos à produção de resíduos e produtos postos no mercado
- Critérios comuns na avaliação dos pedidos de operadores de gestão de resíduos



EDUCAÇÃO

- Eliminação da renovação anual de matrícula
- Candidaturas e matrículas on-line na universidade
- Facilitação dos processos de equiparação a boseiro e de concessão de licenças sabáticas
- Criação de formulários para pedidos de autorização para funcionamento de novas escolas profissionais
- Criado novo regime de equivalência de cursos no ensino superior que têm ainda em consideração a qualificação e experiência profissional
- Simplificação da contratação de

docentes e investigadores estrangeiros e do regime de autorização de deslocações ao estrangeiro de docentes e investigadores portugueses



EMPREGO

- Existência de um ponto único de oferta e procura de emprego público e privado e de iniciativas de formação profissional no Portal do Cidadão
- Criação de um interface informático para troca de dados entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional e os vários subsistemas de informação da Segurança Social



EMPRESAS

- Reforço das iniciativas "Empresa na hora", "Marca na hora" e "Dissolução na hora", a que se junta também a "Associação na Hora"
- Constituição de empresas on-line
- Desmaterialização dos actos de registo, dispensando a deslocação às conservatórias
- Alargamento da aceitação de facturas electrónicas e de documentos equivalentes com relevância fiscal
- Através da Net vai ser possível pedir declarações relativas a início, alteração e cessação de actividade de pessoas colectivas, bem como declarações aduaneiras, pedidos das igrejas e das instituições particulares de solidariedade social de restituição do IVA
- Criação de um novo modelo de prestação de contas que permita às empresas por via informática, num único ponto e de uma só vez, eliminar a duplicação de informação disponibilizada à Segurança Social e às Finanças
- Tornam-se facultativas as escrituras notariais relativas a actos da vida das empresas, à simplificação dos processos de fusão e cisão de sociedades e aos processos de redução de capital e de dissolução e liquidação de sociedades
- Eliminada a delimitação da competência territorial das conservatórias
- Alteração dos regimes de licenciamento prévio de estabelecimentos de comércio e de indústria



FINANÇAS

- A partir de Dezembro só será preciso avisar as finanças caso haja alterações na situação conhecida dos contribuintes com a implementação de um projecto-piloto de disponibilização de declaração fiscal electrónica de rendimentos previamente preenchida com os dados a que a administração fiscal tem acesso (rendimentos, retenções na fonte e descontos)
- Deixa de ser exigida a apresentação de garantias quando o contribuinte precisa de pagar o IRS ou o IRC liquidado em prestações e a dívida é inferior a 25 mil euros (IRS) ou 50 mil euros (IRC)
- Simplificação das reclamações fiscais, passando a ser possível efectua-las via Internet



JUSTIÇA

- Apresentação de registo criminal deixa de ser obrigatória para muitas situações
- Conservatórias, advogados e solicitadores passam a poder autenticar documentos e a efectuar reconhecimentos presenciais até ao final deste ano



LEGISLAÇÃO

- Valor legal pleno da edição electrónica do "Diário da Republica"
- Eliminada a sobreposição de regimes sobre o património imobiliário do Estado
- Elaboração de um Código Contributivo da Segurança Social



NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- Disponibilização na Internet de informações e serviços que evitem aos emigrantes estrangeiros terem de deslocar-se aos consulados



OBRAS PÚBLICAS

- Criação de um regime simplificado de licenciamento municipal de

obras, que dispensará a prévia apreciação do projecto de arquitectura.

- Centralização numa plataforma tecnológica – "Janela Única Portuária" – da informação, documentação e dos processos relativos a várias entidades que trabalham nos portos
- Disponibilização na Internet do formulário de acidentes com aeronaves civis
- Emissão descentralizada dos certificados de aptidão profissional dos taxistas



SAÚDE

- Marcação "on-line" de consultas nos hospitais a partir dos centros de saúde;
- Criação de um interface informático com o Ministério da Saúde para que os centros de saúde passem a remeter, via Internet, os certificados de incapacidade temporária



SEGURANÇA SOCIAL

- Disponibilização "on-line" de consulta dos processos de cobranças de dívidas, bem como o pedido da declaração da situação de cada cidadão
- Possibilidade de requerer algumas prestações sociais (como a pensão de reforma, o subsídio de desemprego ou o de doença) via Internet, assim como proceder a alterações de dados pessoais como a morada
- Criação de um interface entre o IEFP e a Segurança Social, no âmbito do Rendimento Social de Inserção (RSI)
- Licenciamento de estabelecimentos de apoio social geridos por privados e respectiva fiscalização ficam a cargo de um "interlocutor único"



DIVERSOS

- Criação de uma caixa de correio electrónica para cada cidadão aderente de forma a possibilitar-lhe manter correspondência com entidades públicas e naturalmente com as privadas, se assim o entender
- Criação de um Portal da Habitação que garanta acesso dos cidadãos à informação em matéria de parque habitacional público e privado.

Guterres eleito personalidade do ano 2005

O ACTUAL alto-comissário da ONU para os Refugiados (ACNUR), António Guterres, foi distinguido com o prémio Personalidade do Ano 2005 atribuído pela Associação de Imprensa Estrangeira em Portugal, uma escolha que recolheu a unanimidade entre os seus membros.

A escolha da Associação, resultado de uma votação secreta dos seus 56 membros realizada em Dezembro passado, teve em consideração que a nomeação de um português para o ACNUR “eleva ainda mais o prestígio e a notoriedade internacional de Portugal”.

“Não só não hesitámos como foi unânime”, afirmou o presidente da Associação de Imprensa Estrangeira (AIE), Ramon Font, explicando que a escolha foi baseada na “notoriedade lá fora” e “não em função dos centímetros quadrados de jornais que ocupa ou dos minutos de telejornais”.

António Guterres, por seu lado, afirmou-se bastante satisfeito e surpreendido, revelando que não estava à espera de receber este prémio.

“Não estava de todo à espera, porque, na verdade, para mim já é um prémio suficiente estar a fazer aquilo que estou a fazer, que era exactamente aquilo que queria fazer nesta fase da minha vida e que tenho imenso gosto em fazer”, disse o ex-



primeiro-ministro, adiando, no entanto, que esta foi uma surpresa “simpática” e que ficou “muito satisfeito” por se terem lembrado do seu nome para este prémio.

Relativamente ao trabalho que desenvolve, António Guterres lembrou que o Sudão continua a ser a “situação mais dramática” com violações sistemáticas dos direitos

humanos no Darfur, onde existem “milhões de pessoas deslocadas totalmente indefesas”, mas salientou que ainda tem forças para continuar, porque “quanto mais

difícil é a situação, maior é o impulso e a vontade de querer lutar para que os problemas possam, se não ser resolvidos, pelo menos poupar algumas pessoas às tragédias que enfrentam nas suas vidas”.

Orgulho para o país

Presente na cerimónia esteve também o primeiro-ministro, José Sócrates, que sublinhou tratar-se de “uma distinção muito justa” e disse sentir-se, ele próprio, honrado, já que foi ministro do Governo de António Guterres.

“O engenheiro António Guterres é um dos grandes políticos portugueses, é um homem de grande reconhecimento internacional pelas suas qualidades políticas e esse reconhecimento foi obtido quando foi nomeado para alto-comissário”, defendeu, acrescentando que António Guterres “deixou uma marca na política internacional”, o que é “um orgulho para o país”.

O prémio Personalidade do Ano, atribuído anualmente desde 1990 pela Associação de Imprensa Estrangeira, visa distinguir a personalidade portuguesa que mais se tenha destacado na promoção do nosso país no mundo, e tem contemplado personalidades de áreas tão distintas como a política, economia, cultura e desporto.

Condutores poderão ser sujeitos a testes rápidos de consumo de drogas

CÓDIGO DA ESTRADA

O GOVERNO aprovou uma nova regulamentação do Código da Estrada tendo em vista a introdução de testes rápidos na fiscalização de condutores sob o efeito de substâncias psicotrópicas.

A novidade introduzida, nestes novos testes de despistagem, respeita ao facto de até agora sempre que as autoridades quisessem proceder à fiscalização dos condutores, o caminho legal a seguir seria o recurso a um exame médico. A partir de agora, estes exames passam a ser substituídos, numa primeira etapa, por um teste rápido a realizar numa amostra de urina, saliva ou suor, e só em caso positivo, ou seja quando sejam detectados condutores sob o efeito de drogas, o indivíduo será obrigado a submeter-se então a um exame em amostra de sangue.

Por outro lado, e como ficou igualmente determinado, a idêntica prova de rastreio, mas a realizar no sangue, ficarão sujeitos os intervenientes em acidentes, desde que de facto não estejam em

condições de lhes serem colhidos outros fluidos biológicos.

Todos os que apresentem resultados positivos em qualquer destes exames de rastreio serão posteriormente submetidos a novos exames, agora através de amostra de sangue.

Esta proposta de lei, faz parte de um conjunto de 10 diplomas também já aprovados e destinados a concluir o processo de regulamentação do Código da Estrada, e que encerra o objectivo ambicioso de reduzir em 50 por cento, até 2009, o número de acidentes com vítimas mortais nas estradas de Portugal.

Determinado ficou igualmente, através da aprovação em Conselho de Ministros, a elaboração do chamado registo individual do condutor e a criação do registo de infrações.

No registo individual do condutor, entre outros dados, passa a ficar registada cada infracção punida com inibição de condução em território nacional, assim como ficará registado o valor da caução e a data da sua devolução.

R.S.A.

Deputados do PS querem debater na AR elevada taxa de tuberculose

A ELEVADA taxa de prevalência da tuberculose em Portugal, nomeadamente no distrito do Porto, motivou a proposta de discussão em sede parlamentar deste grave problema de saúde pública, por iniciativa do GP/PS.

O anúncio foi feito pelo médico e deputado socialista Manuel Pizarro, que salientou o facto de o nosso país registar 54 casos desta doença infecto-contagiosa por 100 mil habitantes, contra os 34 da média da União Europeia, verificando-se na cidade do Porto os valores mais elevados, ou seja, mais de 100 casos por 100 mil habitantes.

Manuel Pizarro falava no passado dia 20 no âmbito de uma audição promovida pelos deputados do PS eleitos pelo círculo do Porto sobre a elevada incidência de tuberculose na cidade e no distrito, que contou com a participação de vários técnicos e investigadores.

Segundo Manuel Pizarro, o distrito do Porto registou em 2004 o “número impressionante de mil casos de tuberculose”, o que coloca a região



“claramente na cauda da Europa”, com uma taxa só comparável à dos países bálticos.

“Cerca de metade das pessoas que adoecem no distrito do Porto com tuberculose têm HIV, estão desempregadas ou são alcoólicas”, referiu, sublinhando que a doença está muito associada à pobreza.

O deputado realçou que, daqueles mil doentes, 60 eram profissionais do Sistema Nacional de Saúde, o que demonstra que o distrito está perante “um verdadeiro problema de saúde pública”.

Além da discussão em plenário, os deputados do PS vão propor à Comissão Parlamentar de Saúde a audição do coordenador da equipa que está a preparar, até Junho, o Plano Nacional de Luta Contra a Tuberculose, professor Henrique de Barros.

O eventual internamento compulsivo dos tuberculosos e a adopção do sistema de toma de medicamentos observada directamente são algumas das medidas que os deputados socialistas querem discutir, como forma de melhorar o combate à doença.

“O tratamento da tuberculose é muito demorado, de seis a nove meses”, salientou Manuel Pizarro, que pôs em evidência a elevada taxa de sucesso obtida pelos tratamentos feitos pelo Centro de Diagnóstico de Matosinhos.

Ministério da Ciência e Universidade do Texas estabelecem parceria

PLANO TECNOLÓGICO

Conteúdos digitais e multimédia, comercialização de ciência e tecnologia, constituem o cerne da parceria

O GOVERNO português assinou um protocolo de colaboração com a Universidade do Texas, em Austin, no âmbito do Plano Tecnológico (PT), com o objectivo de promover o ensino e a investigação, assim como a comercialização de ciência e tecnologia.

Este protocolo, como referiu na ocasião da assinatura o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, surge no seguimento de acordos semelhantes anteriormente celebrados com o Massachusetts Institute of Technology (MIT) e a Universidade de Carnegie Mellon (CMU).

Para Mariano Gago, este acordo, a ser também aplicado no âmbito do Plano Tecnológico, vai permitir, a partir de agora, uma maior abertura para o desenvolvimento de competências em transferência e gestão de tecnologias, no sentido de uma mais sustentada facilitação de acesso a mercados emergentes para a incubação e crescimento de empresas de base tecnológica e conteúdos multimédia, que inclui a produção de televisão, rádio, publicidade e indústria cinematográfica.

O novo acordo visa pois o



desenvolvimento conjunto de actividades de ensino e investigação e de desenvolvimento institucional, com particular interesse na produção e difusão de conteúdos digitais e multimédia e na valorização económica de novas tecnologias de informação e comunicação.

O Instituto IC2 (Innovation, Creativity and Capital) e o College of Communication serão de imediato as principais unidades da Universidade do Texas, em Austin, a catalisar a colaboração com as estruturas do ensino superior português, sem contudo se fechar a porta à participação de eventuais outros

institutos e departamentos, sempre que tal se mostre vantajoso, como referiu na ocasião o ministro Mariano Gago.

Mobilizar as áreas de inovação

Com a celebração deste protocolo, pretende-se também convocar os centros de inovação e os gabinetes de transferência de tecnologias e de apoio à valorização económica da ciência, já existentes na maioria das instituições de investigação ligadas ao ensino superior, maximizando assim, referiu ainda o responsável

pela pasta do Ensino Superior, o seu impacto no reforço da base científica e no crescimento e competitividade da economia portuguesa.

O objectivo a médio prazo, como está aliás consignado nos princípios que norteiam o Plano Tecnológico, é a promoção rápida e sustentada das instituições de ensino superior portuguesas, estimulando, como lembrou o ministro Mariano Gago, o crescimento económico do país "através da transferência de tecnologia e do desenvolvimento de novas parcerias estratégicas".

A acção agora desencadeada com a Universidade do Texas terá uma

primeira fase que servirá para se proceder à identificação e selecção de programas, de forma a escolher aqueles que melhor poderão potenciar as relações bilaterais, fase esta que estará concluída nos próximos quatro meses.

Estiveram presentes no acto solene da assinatura deste protocolo, que teve lugar nas instalações da Universidade Nova de Lisboa, no Monte da Caparica, o primeiro-ministro, José Sócrates, o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago, e representantes da Universidade norte-americana.

Criada em 1883, a Universidade do Texas recruta em média cerca de 50 mil estudantes de todos os 50 Estados norte-americanos e mais de 100 oriundos de países estrangeiros, o que torna esta instituição numa das maiores universidades de todo o mundo com um orçamento anual de 1,3 mil milhões de dólares.

De salientar ainda que dispõe de um fundo anual de 380 milhões de dólares para aplicar na área da investigação, situando-se, segundo dados oficiais, entre as 15 melhores instituições universitárias de investigação de todos os Estados Unidos da América.

Do seu universo fazem parte 16 faculdades e mais de 2500 professores, constituindo a sua principal imagem de marca uma activa ligação com o mundo empresarial com quem tem estabelecido ao longo dos anos numerosas parcerias.

R.S.A.

Subida de Portugal no "ranking" mundial é sinal de viragem

UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

O COORDENADOR do Plano Tecnológico, Carlos Zorrinho, considerou que a subida de Portugal no "ranking" mundial da utilização das tecnologias de informação e comunicação constitui "um importante sinal de viragem".

Segundo um estudo agora divulgado pelo Fórum Económico Mundial, Portugal subiu três lugares no "ranking" mundial da utilização das tecnologias de informação no ano passado, estando agora na 27ª posição entre 115 países.

"Portugal, que durante anos desceu em vários 'rankings', está numa fase de subida", sublinhou o coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico.

Carlos Zorrinho disse esperar que esta subida no "ranking" represente "um sinal de confiança" ao mercado, numa altura em que o Governo está a fazer uma forte aposta na massificação das tecnologias da informação, nomeadamente através do Plano Tecnológico e de medidas que combatem a burocracia dos serviços administrativos.

O coordenador deu como exemplo o Programa de Simplificação Administrativa e



Legislativa "Simplex", apresentado pelo Governo, que prevê 333 medidas, que vão desde a eliminação de certidões, documentos em papel, desburocratização de procedimentos, até à facilitação do acesso aos serviços públicos.

A introdução das tecnologias de informação no ensino básico, a banda larga nas escolas e o crescimento do acesso à Internet em alta velocidade foram outras das iniciativas apontadas por Zorrinho.

Esta subida no "ranking" demonstra que "temos condições para competir com qualquer país", sublinhou.

Quanto ao facto de Portugal ter ultrapassado Espanha, o coordenador do Plano Tecnológico afirmou que o importante é que o mercado espanhol continue a crescer, já que isso terá um impacto positivo nas relações ibéricas.

"Espero que Portugal continue a subir no ranking", concluiu Zorrinho.

Recorde-se que o "ranking" mundial da utilização das tecnologias de informação e comunicação é obtido através da análise de três indicadores: infra-estruturas e regulação; preparação dos cidadãos para as tecnologias e a sua utilização.

ONDE O NOSSO PAÍS ESTÁ MELHOR

4º Polivalência do licenciamento de tecnologias estrangeiras

9º Acesso a telemóveis

13º Promoção de TI pelo Estado

15º Independência do sistema judicial

Aprovada lei da paridade

A participação directa e activa de homens e mulheres na vida política constitui condição fundamental de consolidação do sistema democrático, segundo afirma o texto constitucional.

A ASSEMBLEIA da República aprovou na generalidade o projecto de lei do Partido Socialista sobre a paridade.

Maria de Belém Roseira, em defesa desta iniciativa evidenciou a obrigatoriedade dos partidos passarem a incluir pelo menos um terço de mulheres nas listas para eleições legislativas, autárquicas e europeias.

A partir de agora, a norma dita que nas diversas eleições, passa a ser obrigatório os partidos políticos seguirem uma regra que o PS já estabeleceu para si próprio, segunda a qual pelo menos 33,3 por cento dos candidatos terão de ser mulheres, sendo rejeitadas as listas que não cumpram este compromisso.

Quando a lei entrar em vigor (vai



agora de baixar à Comissão dos Assuntos Constitucionais para o debate na especialidade) o novo sistema de quotas passará a fazer parte integrante do sistema eleitoral português, justificando os socialistas a assumpção desta atitude com o facto da existência de obstáculos vários ao acesso das mulheres aos cargos políticos, cenário que na sua perspectiva, se tem vindo a arrastar há demasiado tempo.

Uma lei que tardava

Pela bancada socialista a lei foi defendida pela ex-ministra Maria de Belém, pelo secretário nacional do partido Marcos Perestrello e pelo vice-presidente da bancada e porta-voz do PS, Vitalino Canas, que recordaram que com a aprovação deste dispositivo legal pretende-se colmatar uma realidade visível nas oposições onde se nota uma ausência acentuada de mulheres.

Para estes deputados, o facto do PS ter nos seus estatutos a imposição de quotas, traduz-se na prática numa realidade ímpar que

é o Partido Socialista dispor de 75 por cento de mulheres na sua bancada.

Para Maria de Belém, e depois de acentuar que neste particular a revisão constitucional de 1997 constituiu um marco importante no que concerne ao "aprofundamento dos valores que fundam a civilização humana", lembrou que estes 30 anos de vivência democrática têm-se caracterizado, "no que há participação política diz respeito", por uma sub-representação feminina. Com efeito, como não deixou de referir, a efectiva participação das mulheres na vida política activa "tem-se caracterizado por avanços e recuos", em que a proclamação do discurso "não tem sido acompanhada de consequências práticas".

O resultado desta disparidade, lembrou, entre a prática efectiva e o discurso político, tem sido, na opinião da deputada socialista, "o ter colocado Portugal numa posição delicada no que a este assunto diz respeito, quer em termos comparados europeus, quer em termos internacionais.

R.S.A.

OPINIAO



MARIA MANUELA AUGUSTO
Presidente do DNMS

Sei, pois, hoje como ontem, que para se construir, às vezes, mais do que ousar, é preciso afrontar. Afrontar a patetice, as más consciências, a hipocrisia!

Quotas ou paridade – contributos para a (des)construção de discursos

POUCOS de nós, socialistas, permanecem indiferentes quando falamos de "quotas" para a participação política das mulheres. Rebuscam-se os argumentos, constroem-se teorias a favor ou contra mas, como internamente fomos percorrendo um caminho, que os nossos estatutos de forma sábia já consagraram, dificilmente alguém hoje admitirá que o processo possa, alguma vez, ser reversível.

Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PS, no passado dia 30 de Março, deu mais um passo, um passo de gigante, para que possamos percorrer o resto que falta deste caminho, até que seja absolutamente normal e corriqueira a presença de mulheres e de homens, em idênticas proporções, qualquer que seja o nível de decisão pública ou política a que nos reportemos.

De facto, o diploma que foi aprovado na generalidade, na Assembleia da República, ao obrigar todos os partidos a incluírem pelo menos um terço de mulheres nas listas para as eleições legislativas, europeias e autárquicas, veio lançar os alicerces de uma outra democracia, essa sim, representativa, que fará jus e estará verdadeiramente em consonância com o nome que se convencionou agora atribuir-lhe, "Lei da Paridade".

Porém, e curiosamente, assistimos a um debate parlamentar em que aqueles que mais telhados de vidro têm, também em relação à percentagem de mulheres nas suas bancadas, mais argumentos aduziram para votarem contra o projecto de lei apresentado pelo PS.

Curioso foi verificar que deputadas, desses mesmos grupos parlamentares, construíram os seus discursos à volta das dificuldades que elas próprias reconhecem como intrínsecas à conciliação dos vários patamares de intervenção familiar, profissional, cívica ou política, salientando as discriminações ou os índices sociais mais negativos que afligem as mulheres para, com esses mesmos argumentos, justificarem o seu voto contra!

Como poderemos deixar de dizer-lhes que é precisamente para mudar essa realidade, para contrariar esses e outros indicadores, para mudar as práticas e as mentalidades, para combater os estereótipos, para instalarmos e sedimentarmos a perspectiva de género em todas as áreas da acção política, cívica ou cultural, que precisamos de mais e mais mulheres na vida política?

Como poderemos deixar de dizer-lhes que lutamos por isso para que, de uma vez por todas, essas realidades façam parte da discussão da ordem do dia, sem vergonhas, marcando a agenda parlamentar, conquistando os "media", saltando para a opinião pública, derrubando barreiras e preconceitos que uma observação mais atenta da nossa sociedade permite identificar?

E que responder àqueles e àquelas que, "despudoradamente", recusam as quotas porque elas, as mulheres, "têm que lá chegar" (aos cargos políticos, entenda-se), pelo mérito?

"Mérito", sim, aquilo que é suposto que homens e mulheres que ocupam cargos políticos tenham! Ou não será assim?

E se o é, por que razão as mulheres terão que prová-lo de forma diferente?

Ou haverá quem acredite que só aquela percentagem diminuta de mulheres que ocupam cargos políticos é portadora desse tal (de) mérito?

Será que Teresa Caeiro, única deputada do grupo parlamentar do CDS-PP, ou Manuela Ferreira Leite, do PSD, se consideram a elas próprias tão acima dos "padrões de qualidade" das nossas concidadãs?

E que responder ao deputado Nuno Melo, quando afirma garbosamente que aquela "sua" deputada não está ali, na bancada do CDS-PP, "apenas como figura decorativa"?

E as outras, estão? É demasiado grave, é inqualificável!

Para estes e estas, defensores do mérito, as

mulheres devem esperar quietas e tranquilas, porque, mais cedo ou mais tarde, "alguém" lho reconhecerá e, então sim, estarão aptas para integrar uma qualquer lista, sem perderem o sono com aquela dúvida existencial que doutro modo fatalmente teriam: "Serei eu, espelho meu, verdadeiramente competente, ou estarei aqui porque entrei mesmo pela quota?" (dúvida, ao que parece, exclusivamente feminina!)

Perspectiva humilhante, dizem-nos então, os detractores das quotas!

Humilhante, amigas e amigos, humilhante é que, em pleno século XXI, ainda tenhamos que fazer um verdadeiro alarido quando uma qualquer de nós, mulheres, ocupa um lugar de destaque na sociedade, na política, na cultura!

Humilhante, isso sim, é sabermos o que ainda temos para andar e deixarmos que outras e outros caminhem por nós, sem que façamos o mais indelével esforço para os acompanhar.

Humilhante é termos voz, estarmos a jeito, podermos agir e forçar a mudança, mas quedarmos deslumbrados com o que somos ou com o que alcançamos.

Como se a nossa obrigação cívica, a qualquer nível, não fosse sempre a de procurar que outros e que outras, sem voz, sem força, ou sem espaço, possam também alcançar os patamares de uma plena e digna cidadania!

Sei, pois, hoje como ontem, que para se construir, às vezes, mais do que ousar, é preciso afrontar. Afrontar a patetice, as más consciências, a hipocrisia!

Muito se disse, muito se dirá ainda sobre nós, as mulheres da quota, aquelas que uma Lei impôs ou abriu as portas para a participação política. E nada já será como dantes...

Assim saibamos nós, os que aqui andamos, cativar e envolver todas e todos que queiram e possam aqui chegar e fazer esta coisa nobre e digna a que queremos continuar, com verdade, a chamar Política!

Fez-se “justiça à região”

Conclusão da rede de auto-estradas do Norte

O PRIMEIRO-MINISTRO, José Sócrates, afirmou em Cabeceiras de Basto que com a conclusão da rede de auto-estradas do Norte fez-se, finalmente, “justiça à região”, salientando que aquela infraestrutura “já devia estar feita há muitos anos”.

“Este investimento estava previsto para ser executado em 10 anos, mas conseguiu-se fazê-lo em seis, beneficiando o desenvolvimento da região Norte e, por consequência, de todo o país”, disse o chefe do Governo.

José Sócrates falava no passado dia 21 durante a inauguração dos dois últimos sublanços da auto-estrada A11 Guimarães/Vizela/Felgueiras, que concluem a concessão Norte da Aenor – Auto-Estradas do Norte, criando uma ligação rápida entre Porto e Braga e as regiões do Vale do Sousa e do Ave, num total de 170 quilómetros e que representam um investimento global de 823 milhões de euros.

Além dos dois lanços agora inaugurados, está prevista a conclusão este ano de vários lanços da concessão do Grande Porto, com 64 quilómetros de extensão.

José Sócrates realçou que “o investimento em transportes na zona Norte estava muito atrasado em relação ao que foi feito no Sul do país”, mas considerou que “as gentes da região saberão aproveitá-lo em prol do desenvolvimento, pois caracterizam-se por saber enfrentar e resolver os problemas”.



Tripla valor acrescentado

O primeiro-ministro sublinhou ainda que o investimento em auto-estradas tem um tripla valor acrescentado, que “passa pela segurança, poupando vidas, pela qualidade de vida e pelo conforto e pela dinamização económica das regiões”.

E adiantou que “as estatísticas demonstram que as auto-estradas diminuem a sinistralidade em 50 por

cento e que as regiões mais desenvolvidas são as que dela usufruem”.

Por sua vez, o ministro das Obras Públicas, Mário Lino, referiu que, com a conclusão em 2005 e 2006 de várias dezenas de quilómetros de novas auto-estradas, “Portugal atinge a média comunitária em matéria rodoviária”.

Mário Lino disse que o país tem já 2800 quilómetros de auto-estradas e 4300 quilómetros de Itinerários

Principais (IP) ou Complementares (IC), o que, frisou, “está dentro da média da União Europeia, se se considerar a relação entre o total da rede e o número de habitantes”.

E adiantou que, para além dos investimentos feitos na zona Norte no domínio rodoviário, aeroportuário e portuário, o Governo vai construir uma ligação ferroviária em alta velocidade ligando o Porto a Vigo.

Mário Lino disse ainda que o Governo vai avançar, a curto prazo,

com o lançamento de duas plataformas logísticas, em Valença do Minho e em Leixões, e com a ampliação da que já existe em Chaves.

Na cerimónia de inauguração participaram ainda o governador civil de Braga, Fernando Moniz, e os autarcas de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Guimarães, Fafe, Felgueiras, Vizela, Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso, municípios directamente beneficiados.

Projecto Alqueva será terminado dez anos mais cedo

A CONCLUSÃO do projecto global de Alqueva, no Alentejo, vai ser antecipada em dez anos, para 2015, atendendo à prioridade nacional atribuída pelo Governo socialista a este empreendimento estruturante. A garantia foi dada pelo primeiro-ministro, José Sócrates, na cerimónia de inauguração da barragem e central hidroeléctrica de Pedrógão, no concelho da Vidigueira, Beja.

“Vamos antecipar o calendário de execução das obras para termos o Alqueva concluído mais depressa, para criar mais oportunidades na região e, consequentemente, no país”, afirmou Sócrates, destacando de seguida a importância de que se reveste este empreendimento no que diz respeito à modernização agrícola, criação de regadio, aposta turística, produção de energia eléctrica e disponibilização de água numa região ciclicamente afectada pela seca.

“Com Alqueva, o Alentejo vai ficar mais preparado para responder a esses fenómenos, tanto ao nível do abastecimento público de água, como da agricultura”, afirmou, referindo-se depois à necessidade do investimento público acompanhar os “bons sinais” que estão a surgir da parte dos investidores privados.

Neste sentido, anunciou que o Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e de



Pedrógão (POAAP) – presentemente objecto de revisão – vai entrar em fase de discussão pública até 12 de Abril.

Por seu turno, o ministro da Agricultura, Jaime Silva, que acompanhou o primeiro-ministro nesta deslocação, inaugurou o Sistema Adutor Álamos/Loureiro, junto à barragem dos Álamos III, perto da localidade

da Amieira, concelho de Portel (Évora).

De acordo com a Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas de Alqueva (EDIA), a barragem do Pedrógão, a segunda maior das 15 barragens do Sistema Global de Rega (SGR) de Alqueva, vai “alimentar” os subsistemas de rega do Pedrógão e do Ardila.

Esta albufeira – 22 quilómetros a jusante da barragem-mãe do empreendimento – permitirá recuperar os caudais turbinados na Central de Alqueva, bombeando-os de volta, o que possibilitará ainda “reutilizar um recurso escasso como a água”.

A barragem de Pedrógão está equipada com uma pequena central hidroeléctrica, com dois grupos de 5 MW cada, prevendo-se a produção anual média de 45 GWh, que irá diminuindo à medida que as captações de água para rega forem aumentando.

Quanto ao Sistema Adutor Álamos/Loureiro, que liga a albufeira dos Álamos à do Loureiro, numa extensão de cerca de 12 quilómetros, é o primeiro troço da s infra-estruturas primárias de rega do subsistema de Alqueva.

Este canal irá permitir transferir um caudal de 37 metros cúbicos de água por segundo da barragem de Alqueva para a do Loureiro.

Actualmente, decorrem as obras de adução à barragem do Monte Novo (Évora), através de um canal com 26 quilómetros de extensão, e à barragem de Alvito, através de um túnel com 11 quilómetros de comprimento.

A EDIA também já lançou os concursos para as empreitadas de ligação da albufeira de Alvito à albufeira do Pisão, que se encontra em construção.

“O Plano Rodoviário um objectivo prioritário”

MÁRIO LINO AO “AS”

A curto prazo, o Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações vai elaborar um conjunto de planos sectoriais tendo em vista a modernização dos transportes rodoviários, terrestres, marítimos e aéreos. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o ministro Mário Lino adiantou que a modernização das redes do metro de Lisboa e do Porto constitui também outra das prioridades deste Governo

RUI SOLANO DE ALMEIDA

SABENDO das dificuldades e constrangimentos existentes, sobretudo e nomeadamente ao nível das contas públicas, quais as obras e iniciativas que o seu Ministério tem entre mãos e que importa referir para o período da actual legislatura?

Por um lado, temos os projectos inseridos no Programa de Investimentos em Infra-estruturas Prioritárias (os chamados PIIP), a cumprir até ao final da legislatura e que prevê um montante global de 8,3 mil milhões de euros para o sector dos transportes.

A curto prazo estamos a elaborar um conjunto de planos sectoriais para várias das áreas que tutelamos – transporte rodoviário, ferroviário, marítimo e aéreo, e logística.

Vamos também executar algumas medidas sectoriais de reestruturação institucional e legislativa, de que se destacam: o arranque das Autoridades Metropolitanas de Transportes (AMT), a contratualização do serviço público de transporte de passageiros nas áreas daquelas autoridades e um novo quadro legislativo para a Construção e Imobiliário globalmente coerente, atualizado e aberto à inovação e que até ao final do ano deverá estar concluído.

Outros aspectos transversais prendem-se com actividades de inovação e desenvolvimento tecnológico de que são exemplos os projectos integrados de bilhética sem contacto, os sistemas de videovigilância e os sistemas de informação ao público e para a gestão da exploração.

Ao nível das vias de comunicação, quais as auto-estradas (IP's e IC's), por exemplo, que estão pensadas e que possam vir a ser executadas



dentro em breve?

Neste domínio, a realização do Plano Rodoviário Nacional (PRN) constitui um objectivo prioritário contemplado no Programa do Governo, tendo-se procedido ao planeamento atualizado dos investimentos a realizar, face aos recursos financeiros e técnicos disponíveis.

Nesse sentido, foi implementado um programa de médio/longo prazo para a concretização do PRN, cuja conclusão está prevista para 2015, o que implica a construção de 200 km de estradas por ano, contando-se concluir até 2010 cerca de 1000 km de rede de IP e IC, dos quais 350 km inseridos em concessões.

Convém ainda salientar que com a conclusão em 2005 e 2006 de várias dezenas de quilómetros de novas auto-estradas, Portugal atinge a média comunitária em matéria rodoviária.

E quanto aos denominados projectos tecnológicos que estão a

ser desenvolvidos nas áreas das obras públicas, transportes e comunicações. O que são e quanto é que o Estado vai investir neles?

Temos vários. Por exemplo, foram já lançados os estudos relativos ao Sistema de Identificação Electrónico de Veículos (SIEV), um projecto estratégico que visa facilitar a relação entre o Estado, os proprietários dos veículos, os construtores e os vendedores, num investimento de 41,2 milhões de euros. Está também a ser concretizada, juntamente com o CTT e os diversos ministérios intervenientes, a última fase de estudos de implementação de um sistema que vai permitir a disponibilização de uma Caixa de Correio Electrónico Universal por cidadão, certificada e com garantia de entrega e recepção. Este novo serviço apoia-se na extensa rede de distribuição dos Correios de Portugal, e destina-se a todos os cidadãos, empresas e organismos públicos. Encontram-se ainda em curso, como já referi,

diversos investimentos e acções em projectos integrados, na área dos transportes, de bilhética, sistemas de videovigilância e de informação ao público, envolvendo o recurso às novas tecnologias, com um investimento estimado de 53,2 milhões de euros até 2009.

Aeroporto da Ota

Sabendo-se do congestionamento visível e mensurável do actual aeroporto de Lisboa, ainda há dias os jornais davam sobre isto notícia, qual a importância que o novo aeroporto da Ota assume para Portugal e para a sua economia a médio e longo prazo?

O actual aeroporto da Portela tem a sua capacidade esgotada por volta de 2015, sendo que, neste momento, não é já capaz de responder, adequadamente, a muitas das solicitações que lhe são dirigidas, o que obriga a recusar voos, com graves implicações para o país e, em

especial, para o sector do turismo.

O Governo decidiu, portanto, avançar com o projecto de construção do novo aeroporto da Ota, com a consciência de que esta decisão já devia ter sido tomada há alguns anos, dado o tempo necessário para concretizar um projecto desta envergadura.

Os estudos realizados indicam que o Novo Aeroporto remunerará os capitais próprios investidos, incluindo os do Estado, e irá gerar um valor actual líquido positivo.

A crítica de que o país atravessa uma crise económica grave é por si só condição suficiente para justificar um eventual adiamento da construção desta nova infra-estrutura aeroportuária?

O facto de não se tomar uma decisão nesta matéria é que teria graves implicações económicas para o país a todos os níveis. Este projecto não representa uma despesa para o Estado, antes um investimento que

O Nacional constitui o "Itário do Governo"



“O transporte ferroviário já é uma prioridade deste Governo”

“No período de construção e exploração o comboio de Alta Velocidade deverá criar cerca de 100 mil novos postos de trabalho”

“A ligação em Alta Velocidade entre Lisboa-Porto e Lisboa-Madrid terá um impacto enorme no PIB e no emprego”

“Vamos construir 200 quilómetros de estradas por ano”

“O aeroporto da Portela já não é capaz hoje de responder às inúmeras solicitações”

terá resultados proveitosos para a economia.

O facto da Ota ficar a 50 quilómetros de Lisboa não poderá implicar que a capital venha a perder alguma competitividade, como afirmam os partidos da oposição e alguns estudiosos destas matérias?

Nunca foi identificada uma alternativa de localização adequada mais próxima da cidade de Lisboa.

Além disso, o que interessa não é tanto a distância quilométrica mas o tempo de percurso. Por isso, serão asseguradas formas de transporte para os utilizadores do aeroporto para que possam, de forma mais confortável, cómoda e rápida deslocar-se entre a capital e o aeroporto, ao contrário do que muitas vezes acontece hoje, apesar do aeroporto estar dentro da cidade.

Por outro lado, está previsto um check-in “avançado” na Gare do Oriente, que irá facilitar a deslocação para o novo aeroporto.

O novo aeroporto, para que fique claro, é mesmo uma iniciativa necessária para o país ou, pelo contrário, como acusam alguns especialistas destas matérias e opositores confessos da Ota, não passa de uma mera obra de regime, algo que servirá para vincar o carácter político deste Governo e pouco mais?

Este Governo não está interessado em fazer obras de regime, está sim interessado em fazer obras que sirvam os interesses de Portugal e dos portugueses. Neste contexto, consideramos o projecto do novo aeroporto não só prioritário mas também urgente.

É possível antever o que vai acontecer aos actuais terrenos do aeroporto da Portela. Serão destinados a mais construção civil, aumentando assim a já de si preocupante densidade construtiva da cidade, ou, pelo contrário, é ainda possível sonhar-se com um



espaço público verde para usufruto de toda a população?

Os destinos dos terrenos da Portela ainda terão de ser equacionados, não duvidando o Governo que, dada a localização privilegiada dos mesmos, não faltarão projectos com interesse para a zona.

TGV/ Metro(s)

O transporte ferroviário de alta velocidade, ao que tudo indica, encontra-se num processo irreversível. Numa primeira fase as ligações anunciadas ligarão a cidade do Porto a Lisboa e esta à capital espanhola. Para quando a ligação Porto/Vigo?

Os estudos relativos aos eixos Lisboa-Porto, Lisboa-Madrid e Porto-Vigo, em toda a sua extensão, encontram-se contratados até à fase de estudo prévio e anteprojecto/projecto de execução.

Obviamente a ligação Porto/Vigo, dada a proximidade entre as duas

idades, terá características técnicas diferentes das outras duas ligações.

Assim que estiver definido um calendário de execução, ele será anunciado.

Em quanto estão estimados os custos de uma obra com esta dimensão para os cofres do Estado?

O investimento a realizar nas linhas Lisboa-Porto e Lisboa-Madrid é da ordem dos 7,7 mil milhões de euros, dos quais se prevê que o Estado venha a suportar cerca de 40 por cento.

A concretização das ligações Lisboa-Porto e Lisboa-Madrid terá um impacto significativo no PIB e no emprego, quer durante o período de construção, quer de exploração. Estima-se que o efeito global na geração de riqueza seja na ordem dos 7 mil milhões de euros, entre 2005 e 2023, e que o emprego possa atingir os 100 mil postos de trabalho, no ano de pico da construção (2012).

O metro do Porto. O que dizer sobre este importantíssimo equipamento para a Cidade Invicta. Quais as novidades, quer ao nível da gestão, quer ao nível de novos investimentos e novas linhas?

A segunda fase do metro do Porto será desenvolvida assim que estejam assegurados os alicerces jurídicos, legais e financeiros do futuro projecto. O enquadramento financeiro está a ser desenvolvido em conjunto com o Ministério das Finanças.

Além disso, o Governo solicitou, à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, a elaboração de um estudo do sistema de transportes da Área Metropolitana do Porto, que permitirá analisar o futuro desenvolvimento da rede.

A nova estrutura de gestão da empresa será definida em conjunto com as autarquias e a Junta Metropolitana do Porto e deve traduzir o nível de responsabilidade de cada interveniente.

E o metro de Lisboa. Quais as novas iniciativas programadas. Para quando a sua extensão para a zona ocidental, por exemplo, até Alcântara e mesmo a Algés?

Prevê-se o início da obra de extensão da Linha Vermelha até ao aeroporto da Portela em Dezembro deste ano.

Vai ainda ser prolongada a Linha Vermelha para São Sebastião, o que constituirá a primeira transversal a ser executada na rede do metropolitano de Lisboa, e englobará extensão à estação de Campolide.

Têm também vindo a ser desenvolvidos os trabalhos necessários à conclusão da obra de extensão da Linha Azul até Santa Apolónia, que se prevê estar terminada em Abril de 2007.

O meio ferroviário não deveria constituir uma prioridade por parte do Governo, de modo a aliviar as estruturas rodoviárias dos muitos milhares de pesados de mercadorias que diariamente condicionam as nossas auto-estradas?

O transporte ferroviário já é neste momento uma prioridade do Governo. Além do projecto da alta velocidade, que já referi, estão previstos investimentos de modernização na rede ferroviária convencional. Por outro lado, além da expansão do metro de Lisboa, estão em fase de implementação e desenvolvimento os sistemas metropolitanos ligeiros do Porto, do Metro Sul do Tejo e está em preparação o novo sistema de mobilidade do Mondego.

Sócrates promete no final de legislatura um país melhor



Um Estado mais amigo dos cidadãos e das empresas é o objectivo da reestruturação da Administração Pública.

J. C. CASTELO BRANCO

“REFORMAREMOS o Estado ao serviço de um país melhor”, afirmou José Sócrates, no encerramento das jornadas parlamentares do PS, em Viseu, onde explanou as linhas-mestras em que assenta o projecto do Governo de modernização da Administração Pública, sublinhando que a organização territorial do Estado em cinco regiões-plano é hoje uma “ideia consensual” na sociedade e nos partidos.

“Devemos aproveitar as cinco regiões-plano para servir de base para desconcentrar os serviços do Estado”, defendeu no dia 25 o primeiro-ministro no encerramento das jornadas parlamentares do PS, em Viseu, referindo que esta

estratégia não pode causar surpresa, já que, lembrou, está escrita no Programa do Governo.

Sócrates afirmou que as cinco regiões-plano Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve – “correspondem a uma realidade estatística, orgânica, de planeamento que é a única que existe em Portugal” e deve ser “valorizada e potenciada para que ao nível regional os serviços do Estado tenham alguma lógica e coerência”.

E adiantou que o Executivo apresentará propostas sobre “a mobilidade”, a avaliação e a progressão nas carreiras dos funcionários públicos, defendendo que “a Administração Pública tem de ter capacidade de adaptação e flexibilidade” e que é preciso “premiar o mérito”.

Numa intervenção centrada em explicar as linhas de acção do Governo visando transformar um Estado “envelhecido” e “obsoleto” num Estado social e moderno”, que

seja “mais amigo dos cidadãos e das empresas” o líder socialista disse que esta postura reformista suscita “ciúme” na oposição, numa alusão às críticas feitas por Marques Mendes.

“Não sei se se têm reparado numa grande incomodidade com a acção do Governo, que pretendem desvalorizar, acusando-a de mera propaganda”, disse, salientando que tudo não dizer uma pontinha de ciúme pela linha reformista do Governo”.

E acrescentou que “a ideia de que isto é apenas propaganda tem um problema: as coisas estão realmente a mudar e para melhor”. E, a propósito, lembrou algumas medidas “emblemáticas”, como a “empresa na hora”, o fim da renovação de matrículas nas escolas, a eliminação das escrituras públicas para alteração do pacto social das empresas.

Sócrates procurou ainda separar as águas quanto às funções e papel

do Estado dos sectores neoliberais que “querem ver-se livres do Estado”, salientando que modernizar não é “fazer cortes cegos” como pretendem aqueles para quem “o Estado é sempre a mais”.

A mesma carta genética

Por sua vez, Alberto Martins, líder do Grupo Parlamentar do PS (GP/PS), que interveio antes de Sócrates, realçou a “articulação exemplar” existente entre o Governo e o GP/PS, que se identifica plenamente com a agenda política do Executivo. “A carta genética é a mesma”, disse.

O nosso grupo parlamentar, referiu, “irá de forma organizada e sistemática dar o seu contributo na reforma da Administração Pública”, que considerou “um instrumento fundamental para a modernização da sociedade”.

Alberto Martins disse ainda que as iniciativas legislativas agendadas pelo GP/PS, no âmbito da reforma

do sistema político, como a lei da paridade, a lei de limitação dos mandatos do primeiro-ministro e dos presidentes dos governos regionais, a lei da paridade, o novo regime de substituição dos deputados e a lei de acompanhamento pela AR do processo de construção europeia são diplomas que “vão alterar de forma significativa o Parlamento”.

No seu discurso, Alberto Martins anunciou que a bancada parlamentar socialista continuar a organizar o ciclo de debates e conferências sobre temas da actualidade, estando já agendados para breve um debate sobre “Os novos desafios que se colocam aos partidos” e uma conferência sobre “liberdade e segurança na revisão do Código Penal”. Por outro lado, adiantou, a próxima audição parlamentar promovida pelo PS terá como tema “os 250 anos da região demarcada do Douro”, em que contará com a presença de personalidades da sociedade civil.

Impulsionar a reforma do sistema político

As reformas avançadas pelos deputados socialistas visam aprofundar o exercício da democracia.

J. C. CASTELO BRANCO

FIRME no compromisso eleitoral de levar a referendo a despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG), o PS vai apresentar a 15 de Setembro, primeiro dia da próxima sessão legislativa, um novo projecto de resolução sobre esta matéria.

O anúncio foi feito por Alberto Martins na abertura das jornadas parlamentares do PS, que decorreram de 23 a 25 de Março, em Viseu, sob o lema da “modernização da Administração Pública.

O líder da bancada socialista referiu que com esta iniciativa o PS cumpre assim “o último passo do seu compromisso eleitoral na matéria: dar de novo voz aos portugueses, nos termos do referendo que teve lugar há mais de oito anos, então com resultados não vinculativos”, disse.

“O PS bater-se-á infatigavelmente pela alteração da lei vigente”, prometeu, sublinhando que a penalização da IVG faz “tábua-rasa dos direitos das mulheres”, gerando “situações de profunda desigualdade entre mulheres de diferentes estratos sociais” e “uma política acrescida de repressão injusta e uma prevenção criminal votada ao malogro”.

Num balanço da actividade do GP/PS ao longo do último ano, Alberto Martins salientou que “a esmagadora maioria” dos 121 deputados socialistas “interveio em plenário” e que “41 por cento das intervenções” foram das 46 mulheres da bancada.

Referiu também que a relação entre a bancada socialista e o Governo “tem sido a muitos títulos assinalável”, no quadro de uma agenda política que é “convergente”. O GP/PS, acrescentou, “apoia e sustenta parlamentarmente o Governo, e esse apoio exerce-se através de um diálogo crítico, regular, sempre no melhor espírito de coesão, lealdade e confiança mútuas”.

Versando a temática das jornadas, Alberto Martins defendeu a reforma do Estado promovida pelo Governo do PS, sustentando que “uma Administração Pública anquilosada e burocratizada propicia a corrupção e o clientelismo”, e que esta deve ser “parte da solução e não um problema bloqueador”.

Para responder aos desafios com que Portugal se depara, o líder da bancada socialista considerou ser “decisivo” uma Administração Pública “cujo modelo não se confunde com a velha burocracia e



“A democracia que queremos ter ou é paritária ou não será totalmente democrática”

cuja ética a distingue dos interesses privados, em nome do interesse comum”, ou seja, “uma gestão pública nova, mais eficiente, orientada para a satisfação das necessidades dos cidadãos e dos agentes económicos e sociais”.

Melhorar a qualidade da democracia

Por outro lado, no âmbito da reforma do sistema político que o PS está empenhado em impulsionar, com vista a uma melhor qualidade da nossa democracia, Alberto Martins salientou a apresentação de “três leis fundamentais” no Parlamento, no curto prazo, por iniciativa da nossa bancada.

A primeira lei, a da paridade, determina que as listas eleitorais para a AR, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais sejam compostas “de modo a assegurar a representação mínima de 33,3 por cento” do sexo feminino.

Para o líder do GP/PS, este é o momento de passar dos protestos, das boas intenções e dos diagnósticos, aos actos concretos” e considerou que “a democracia que queremos ter ou é paritária ou não será totalmente democrática. Para que homens e mulheres tenham igualdade de direitos têm que ser tratados como partes iguais”.

A outra lei fundamental diz respeito a um novo regime de substituição dos deputados, cujo objectivo é combater o chamado “deputado-relâmpago, a todo o

tempo fungível”, que contribui para o “descrédito intolerável da sua função”.

O PS pretende que o actual regime de substituição dos deputados por “motivo relevante”, que tem dado origem a um “rotativismo crítico, quantas vezes pouco pacífico e desprestigiante da percepção do mandato representativo”, só seja invocado de forma objectiva.

Ou seja, segundo o projecto de lei socialista, os deputados só poderão ser substituídos nas situações de doença prolongada, licença de maternidade ou paternidade e no caso de procedimento criminal, em determinadas situações.

“Quem se candidata para ser eleito tem o dever de cumprir o seu mandato. Não é para renunciar, nem para ser substituído casuisticamente”, defendeu o líder do GP/PS.

A terceira lei considerada fundamental por Alberto Martins tem a ver com o processo de evolução da construção europeia e a consequente “transferência de esferas de competências nacionais para a União Europeia”. Uma situação que, segundo os socialistas, exige à Assembleia da República “uma reformulação das formas de fiscalização do Governo, qualquer que ele seja”.

O diploma “amplia os actos sujeitos a controlo parlamentar, regula de forma mais precisa a comparência de membros do Governo nas comissões parlamentares competentes por ocasião dos conselhos de ministros”, explicou o líder parlamentar do PS.

A concluir, Alberto Martins sublinhou que as reformas avançadas pelos socialistas “são norteadas pelo intuito de elevar a dignidade estatutária da acção política e dos políticos e de aprofundar o exercício da democracia”.

É “exemplar” a relação entre GP/PS e Governo



O MINISTRO dos Assuntos Parlamentares qualificou de “exemplar” o primeiro ano de maioria absoluta do PS e considerou que não houve “qualquer desacerto” entre o Governo e a bancada socialista.

Augusto Santos Silva falava aos jornalistas após discursar no segundo dia de trabalhos das jornadas parlamentares do PS, em Viseu, onde fez um “um balanço da actividade de articulação entre o Governo e o grupo parlamentar”.

Questionado sobre os pontos positivos e negativos desse balanço, o ministro afirmou: “Não sou propriamente o crítico nem o comentador do momento. Mas se há um adjectivo que pode caracterizar o primeiro ano de actividade da maioria parlamentar e do Governo que dela saiu é ‘exemplar’”.

E adiantou que as reuniões sectoriais entre ministros e secretários de Estado e o Grupo Parlamentar “têm tido tão bons resultados que decidimos na prática institucionalizar esses momentos de encontro às quartas-feiras à tarde”.

No seu balanço, o ministro defendeu que PS e Governo têm sido neste primeiro ano “irrepreensíveis no respeito por todas as regras parlamentares”, rejeitando liminarmente, com dados concretos, “qualquer suspeita de que maioria absoluta signifique poder absoluto ou abuso de poder”.

Santos Silva referiu a propósito que o primeiro-ministro, José Sócrates, esteve 10 vezes em plenário e nunca faltou a um debate mensal do Governo enquanto os membros do Governo estiveram em média duas vezes por semana em plenário e no total “mais de 130 vezes” em comissões parlamentares.

“Neste ano, o Governo apresentou

55 propostas de lei. Dessas, 35 já foram aprovadas em votação final global e ou são leis ou estão em vias de publicação. Dessas 35, só seis o PS aprovou sozinho contra os votos das oposições”, sublinhou.

“Ao contrário de quem acha que se devia fazer um pacto em teoria geral e condicionar a acção governativa de quem ganhou as eleições, temos feito na prática os consensos necessários e possíveis nas áreas concretas de intervenção”, concluiu.

O ministro precisou que os seis diplomas do Governo que o PS aprovou foram os dois orçamentos, o PEC e as Grandes Opções do Plano, o novo sistema de avaliação da Administração Pública e a lei que reduziu as férias judiciais.

Além de Augusto Santos Silva, participaram, a convite do Grupo Parlamentar, em quatro painéis, o ministro de Estado e da Administração Interna, António Costa, o ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho, e o ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, Nunes Correia.

De salientar que os debates, nos quatro painéis, envolveram 37 intervenções, facto que revela uma participação activa. Traço comum nas intervenções dos governantes a ideia de que a modernização da Administração Pública é uma reforma essencial para restaurar o prestígio das instituições, melhorar a qualidade dos serviços, estimular a sua eficácia, promover a transparência no seu funcionamento, num quadro em que assume particular importância uma desconcentração de serviços com base nas regiões-plano.

J. C. C. B.

Modernizar para melhorar a qualidade dos serviços públicos

A MODERNIZAÇÃO da Administração Pública é “uma reforma essencial para facilitar a vida dos cidadãos, simplificar a actividade dos agentes económicos de modo a conseguir o Estado necessário, logo um melhor Estado”, bem como “melhor qualidade da democracia, melhor qualidade da economia e um território nacional mais competitivo”. É uma das conclusões das jornadas parlamentares do PS, realizadas em Viseu.

No documento, apresentado pelo vice-presidente da bancada socialista, José Junqueiro, refere-se que “esta reforma não pode e não deve ser feita por meros constrangimentos orçamentais”, mas sim “pela ambição de restaurar o prestígio das instituições, melhorar a qualidade dos serviços, estimular a sua eficácia, promover a transparência no seu funcionamento e aproximá-los das pessoas”.

Para que a modernização da Administração Pública tenha êxito, o GP/PS sublinha que “é necessário convocar todos os que dela fazem parte e todos os que dela vão beneficiar”, já que, adianta, “é com as pessoas e a pensar nas pessoas que vale a pena prosseguir este movimento reformador”.

O que implica, portanto, segundo a bancada socialista, “que qualquer relatório técnico só é plenamente útil se for interpretado por um pensamento político que tenha em conta o território e a sua coesão social”.

Regiões-plano

Neste quadro, os deputados socialistas afirmam que “assume particular importância uma desconcentração de serviços com base nas regiões-plano, sendo certo que estas se devem transformar em espaços polinucleados, evitando a ideia de novos centralismos regionais e afirmando mesmo que algumas soluções que a tecnocracia denomina de ‘antieconómicas’ devem ser assumidas, simplesmente porque as realidades sociais se lhes hão-de sobrepôr”.

É, afinal, em questões tão essenciais como esta, salienta o documento, que “o Partido Socialista se distingue do pensamento liberal que caracteriza a direita portuguesa”.

Num tempo em que “o Governo está a proceder à reorganização dos vários ministérios e tem este Verão como data limite para a sua concretização”, os deputados socialistas consideram que “este é o momento adequado para lembrar que é incontornável a necessidade de coordenar o cruzamento interministerial das decisões que vão ser assumidas, de modo a evitar assimetrias e desequilíbrios regionais e, simultaneamente, promover a organização uniforme dos ministérios



em função dos territórios”

É, por isso, necessário, adianta o Grupo Parlamentar do PS, “ter mais informação e intensificar o debate para que as decisões finais resultem de uma maior partilha de responsabilidades e sejam, por isso, mais justas, mais equitativa se mais democráticas”.

É neste contexto que a reforma do sistema político surge como “prioridade” na acção do Grupo Parlamentar do PS, o qual já demonstrou, ao longo deste primeiro ano, “as suas qualidade e capacidade políticas reveladas, desde logo, nas 540 intervenções já produzidas em plenário pelos seus deputados e deputadas”.

O GP/PS “demonstrou, igualmente, que, em conjunto com o Governo, está empenhado em levar à prática o mesmo Programa, resultante do compromisso eleitoral com que o partido se apresentou às

eleições de Fevereiro de 2005”.

O Grupo Parlamentar do PS assume, pois, o compromisso de aprovação, a curto prazo, de três leis fundamentais: a lei da paridade, o projecto de lei sobre o acompanhamento pela AR da participação de Portugal no processo de construção europeia e o projecto de lei que estabelece um novo regime de substituição dos deputados.

Reforma do sistema político

Ainda no âmbito da reforma do sistema político, o GP/PS assume, igualmente, o compromisso com “futuras iniciativas legislativas que resultam do programa do Governo”, tais como a reforma da lei autárquica, a reforma e dignificação do estatuto do deputado, o regime de incompatibilidades e impedimentos, a lei dos inquéritos parlamentares, a

lei eleitoral para a Assembleia da República, a limitação dos cargos executivos, primeiro-ministro e presidentes dos governos regionais e ainda o projecto de resolução propondo a realização de um referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

Nas conclusões das suas jornadas, o Grupo Parlamentar do PS reitera “a sua determinação em continuar, juntamente com o Governo, uma política de diálogo e compromisso com as oposições”.

Neste quadro, os deputados socialistas lembraram que das 55 propostas de lei apresentadas, com 35 já concretizadas, destas, apenas seis exigiram a maioria absoluta do PS, sendo certo que respeitaram às GOP’s, OE e PEC, aumento do IVA, Orçamento Rectificativo e SIADAP.

Em cerca de 12 meses, recorda-se, “o primeiro-ministro fez dez

intervenções em plenário e esteve presente na AR em 12 ocasiões diferentes, para além dos sete debates mensais realizados. Ministros e secretários de Estado estiveram 114 vezes no Parlamento e em 132 audições pedidas pelas diferentes Comissões Parlamentares. Dos 1608 requerimentos já obtiveram resposta 69 por cento, ou seja, 1117”.

Assim, o GP/PS conclui que “este é o melhor contributo que uma maioria absoluta pode dar para a qualidade da democracia”.

Nas conclusões das suas jornadas, o Grupo Parlamentar do PS deixou ainda “uma palavra de confiança” no futuro do distrito de Viseu, fruto do “testemunho recolhido no contacto directo com a realidade em 14 dos seus 24 concelhos” e “uma palavra de agradecimento” aos representantes do PS/Açores e do PS/Madeira.

J. C. C. B.

Visitas temáticas

As jornadas parlamentares do PS incluíram, no segundo dia de trabalhos, seis deslocações de trabalho, de seis grupos de deputados, a 14 dos 24 concelhos do distrito de Viseu, subordinadas aos temas: energias alternativas; recursos naturais e economia; turismo e património; vitivinicultura; emprego-formação e segurança alimentar; e preservação da floresta e acessibilidades.

Segundo referiu ao “Acção Socialista” o vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, José Junqueiro, o objectivo destas visitas foi “contactar com as realidades locais que são fontes de desenvolvimento do distrito em várias áreas da actividade económica e que correspondem às principais apostas que o Governo está a fazer a nível nacional”.

Compromissos legislativos

Nas jornadas parlamentares, de 23 a 25 de Março, em Viseu, a bancada parlamentar socialista assumiu o compromisso de aprovar, a curto prazo, a lei da paridade, o projecto de lei sobre o acompanhamento e apreciação pela AR da participação de Portugal no processo de construção europeia e o diploma que estabelece um novo regime de substituição dos deputados.

O Grupo Parlamentar do PS comprometeu-se igualmente a apresentar a 15 de Outubro um novo projecto de resolução propondo a realização de um referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez e a avançar com outras iniciativas legislativas, como a lei eleitoral para a AR, a reforma da lei autárquica, a reforma e dignificação do estatuto do deputado, o regime de incompatibilidades e impedimentos, a lei dos inquéritos parlamentares e a lei de limitação dos cargos executivos: primeiro-ministro e presidentes dos Governos Regionais.

Governo quer maior articulação nas comissões de protecção de menores

A SECRETÁRIA de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, defendeu uma “verdadeira articulação” entre as instituições que compõem as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJR), através de “uma partilha de diagnósticos, soluções e recursos”.

Em declarações à margem de uma reunião de trabalho com as CPCJR dos distritos de Beja, Évora e Faro, Idália Moniz salientou que “não é possível detectar os sinais de risco e proteger os menores trabalhando de forma isolada e arbitrária”.

“Pretendemos estreitar as relações entre todos os parceiros das comissões, como a GNR, PSP, Ministério Público,



Segurança Social e serviços de saúde e educação”, disse, garantindo que estes encontros vão continuar a realizar-se de seis em seis meses em cada distrito.

Por outro lado, acrescentou, os encontros têm como objectivo trocar impressões com os membros das comissões “sobre as necessidades e constrangimentos que sentem no desenvolvimento das suas actividades”.

Neste sentido, Idália Moniz lembrou que o Governo vai reforçar as comissões, “dotando-as de maiores competências técnicas”.

E adiantou que vão ser colocados novos técnicos nas comissões até ao final de Junho, explicando que “será colocado um técnico nas comissões

com mais de 150 processos em apreciação, dois técnicos nas comissões com mais de 300 processos e assim sucessivamente”.

De acordo com a secretária de Estado, o plano de formação também já começou, numa primeira fase com formação de formadores, por se entender que “deve ser a formação a ir ao encontro dos técnicos nos diferentes sítios”.

Idália Moniz disse ainda que, ao abrigo de um protocolo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Governo vai transferir, este ano, mais de 6,5 milhões de euros para as comissões, “um aumento de 26,8 por cento relativamente a 2005”.

Cartão jovem para luso-descendentes de férias em Portugal

MAIS de meio milhão de jovens portugueses residentes no estrangeiro vão poder beneficiar das vantagens e descontos de um cartão que podem utilizar quando se deslocam de férias ao nosso país.

Trata-se do Cartão do Jovem Luso-descendente (LD<30), apresentado recentemente pelos secretários de Estado da Juventude e do Desporto, Laurentino Dias, e das Comunidades Portuguesas, António Braga.

Com esta iniciativa o Executivo socialista pretende que os luso-descendentes residentes no estrangeiro “se sintam ligados ao país de origem” e “tenham os

mesmos benefícios dos jovens que vivem em território nacional”.

Para António Braga, o cartão ajudará também a promover a identidade nacional e reforçar a ligação dos jovens luso-descendentes com o seu país de origem.

O governante manifestou-se optimista quanto ao futuro desta ideia, referindo que muitos jovens portugueses residentes no estrangeiro vão certamente aderir ao cartão, uma vez que este lhes oferece descontos em pousadas da juventude, festivais de verão, cinemas, na aquisição de livros, na TAP e nos CP.

Destaque-se que o portador do

LP<30, que pode ser adquirido por portugueses residentes no estrangeiro com idades entre os 12 e os 19 anos, poderá ainda usufruir das cerca de oito mil vantagens e descontos que o Cartão Jovem concede em Portugal.

António Braga adiantou ainda que está a ser negociado com várias universidades portuguesas a possibilidade dos portadores do LD<30 beneficiarem de descontos nas propinas, caso desejem prosseguir os estudos em no nosso país.

Os jovens interessados em subscrever o novo cartão poderão adquiri-lo através dos consulados,

associações portuguesas e balcões da Caixa Geral de Depósitos (CGD), depois de terem feito o pedido através do portal da juventude (juventude.gov.pt).

O cartão terá a versão clássica, que poderá ser adquirida a partir de 28 de Abril, e a Multibanco, cujo lançamento definitivo ocorrerá em Maio, em Lisboa, por ocasião do Encontro Mundial de Jovens Luso-descendentes.

Numa primeira fase, o LD<30 será distribuído em França, Suíça, Macau, Alemanha, Reino Unido, Luxemburgo, Brasil, Estados Unidos, Venezuela, África do Sul, Canadá e Bélgica.

Florestas vão ser valorizadas

A NOTÍCIA foi dada pelo ministro da Agricultura e resume os princípios orientadores que o Governo pretende imprimir à política agrícola nacional: parte importante dos 500 milhões de euros negociados com Bruxelas no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio 2007/2013, e destinado ao sector agrícola, serão canalizados para a reestruturação da floresta portuguesa.

Para o titular da pasta da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Jaime Silva, o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, aprovado na generalidade em Conselho de Ministros, demonstra a seriedade com que este Governo encara a problemática da floresta portuguesa e o desejo que tem na sua valorização no contexto mais vasto de um desenvolvimento sustentado do sector primário da nossa economia.

Como sublinhou Jaime Silva, este Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios pretende estabelecer um conjunto de critérios sustentados em três princípios fundamentais: a prevenção estrutural, a vigilância e o combate. Estes princípios obedecem a uma estratégia mais geral que tem em vista empreender um conjunto articulado de acções no sentido de impulsionar a gestão activa da floresta, criando assim condições para uma redução efectiva e progressiva dos incêndios. Para que todos estes princípios passem de meras intenções à prática, e como Jaime Silva não deixou de alertar, importa sublinhar o facto de o Executivo já ter definido os necessários instrumentos legislativos e financeiros para a defesa da fileira florestal.

Paralelamente, o Governo não deixará de se empenhar fortemente numa campanha pela defesa da

floresta, nomeadamente alertando para a necessidade de um verdadeiro combate às causas dos incêndios, cenário que exige a participação de todos, como disse o ministro, desde as autarquias às associações florestais até aos cidadãos comuns.

Dar maior e mais sustentada atracção económica à gestão da floresta constitui uma das prioridades do actual Governo, razão pela qual se vai dar especial primazia a este sector no próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Ainda em termos de apoios financeiros para a floresta, Jaime Silva referiu a aprovação por parte do Governo da redução do IVA de 21 para 5 por cento e a canalização para o sector de um montante de 100 milhões de euros e verbas resultantes do Imposto Municipal Imobiliário.

A floresta representa para a

economia nacional cerca de 1,3 milhões de euros, razão mais do que suficiente, na opinião do ministro, para que o país se consciencialize deste facto e deste modo seja capaz de produzir “um sobressalto cívico” passando a encarar a sua floresta, não como uma área sem interesse, mas antes como mais um sector indispensável ao tão desejado fortalecimento da economia portuguesa.

Segundo a estimativas do Governo, até 2012 deverão ser recuperados anualmente cerca de 100 mil hectares, estimando-se que entre 2012 e 2018 se possam atingir os 50 mil hectares por ano. Até lá há que introduzir um conjunto de novas regras e princípios na gestão da floresta, razão pela qual o Governo quer agora apostar no sector recorrendo para o efeito às ajudas dos fundos comunitários.

R.S.A.

Faro vai ter campus judiciário

O GOVERNO socialista vai criar um *campus* judiciário em Faro, concentrando geograficamente os tribunais de primeira instância do concelho e a directoria local da Polícia Judiciária (PJ).

O anúncio foi feito pelo secretário de Estado da Justiça, José Conde Rodrigues, de visita à capital algarvia no passado dia 29 de Março.

Em declarações à Imprensa, o governante afirmou que a nova estrutura deverá albergar a PJ farense, os tribunais de Comarca, Família e Menores e do Trabalho.

Recorde-se que, com a saída do tribunal das actuais instalações, o Palácio da Justiça de Faro fica livre para acolher o Tribunal da Relação, projectado inicialmente para ter sede no Palácio Belmarço.

“Não faz sentido que um edifício construído de raiz para o efeito fique sem utilização”, afirmou a este propósito José Conde Rodrigues, que falava aos jornalistas à margem de uma reunião de trabalho com o governador civil e o presidente da Câmara de Faro.

“A configuração do edifício do Palácio Belmarço não se adapta às necessidades do futuro tribunal”, acrescentou, admitindo porém que este imóvel do início do século XX localizado na baixa de Faro possa vir a ser utilizado para acolher outros serviços.

José Conde Rodrigues adiantou ainda que o novo *campus* judiciário deverá ficar instalado nos terrenos contíguos ao Fórum Algarve, zona à saída de Faro e para onde a cidade se está a expandir.

O governante referiu igualmente que os serviços do Instituto de Reinserção Social (IRS) do Algarve vão sair das seis instalações arrendadas onde actualmente estão e passar para duas instalações do Ministério da Justiça.

Almeida Santos elogia realismo de Sócrates

O PRESIDENTE do PS, Almeida Santos, teceu elogios à conduta política do primeiro-ministro, José Sócrates, que se tem pautado mais por uma atitude de realismo do que por perspectivas optimistas ou voluntaristas em relação aos problemas.

“Fiz parte de vários governos, mas este é o primeiro que tem uma rigorosa consciência das condicionantes da acção política”, afirmou no dia 22 Almeida Santos no final de uma reunião com o primeiro-ministro, antes da cimeira de chefes de Estado e de Governo, em Bruxelas (ver notícia nesta edição).

Além de Almeida Santos, a delegação do PS integrou o líder parlamentar, Alberto Martins, o porta-voz da Comissão Permanente do partido, Vitalino Canas, o deputado António Vitorino e a presidente do Departamento das Mulheres Socialista, Maria Manuela Augusto.

No final da audiência, Almeida

Santos afirmou que o PS “está totalmente de acordo com as posições que o primeiro-ministro” disse ir defender na cimeira.

Questionado sobre as mudanças que o Governo se prepara para introduzir na Administração Pública, Almeida Santos disse que “a reforma não será um segredo” e que “tem sido objecto de debate”.

“A reforma da Administração Pública não é uma matéria fechada, mas, na sua concretização, há grandes condicionalismos, muitos de ordem financeira, mas também outros. Este primeiro-ministro já provou que privilegia sempre uma atitude de realismo em relação ao optimismo e ao voluntarismo”, sustentou o presidente do PS.

A delegação socialista foi a última a ser recebida pelo primeiro-ministro na ronda de audiências com os partidos com assento parlamentar e parceiros sociais para a preparação da cimeira de chefes de Estado e da União Europeia.



REGULARIZE AS SUAS QUOTAS

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

- 1. Depósito bancário em dinheiro ou cheque;**
- 2. Transferência bancária**
Conta: Millennium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES - Nº 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05

Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.

- 3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:**

ENTIDADE 20132
REFERÊNCIA 0000... + N.º DE MILITANTE
(total de 9 dígitos)
MONTANTE
Quota normal: semestral - 12,00 eur; anual - 24,00 eur
Quota reduzida: semestral - 6,00 eur; anual - 12,00 eur

- 4. Pagamento junto da Secção, caso a Secção detenha Protocolo para o efeito.**

Linha Azul
808 201 695



Governo reforça poder dos médicos nas prescrições de medicamentos

OS MÉDICOS vão passar a poder decidir se os medicamentos que prescrevem podem ou não ser substituídos nas farmácias por produtos com as mesmas substâncias activas.

O anúncio do ministro da Saúde, Correia de Campos, teve lugar na abertura do XII Congresso Nacional de Medicina, na Ordem dos Médicos do Porto.

No sistema actual, explicou Correia de Campos, “a omissão médica implica a liberdade total de substituição”, pelo farmacêutico, do que está prescrito num medicamento equivalente.

“Passaremos para um regime em que a regra será a não substituição, a menos que o médico explicitamente a permita. Desta forma, repõem as posições relativas a cada actor do sistema: ao médico cabe prescrever com liberdade, incluindo a de entender a equivalência como valor, aceitando transferir para o dispensador a escolha do produto”, disse o ministro.

Correia de Campos realçou ainda a aposta do Governo no reforço da prescrição electrónica, que, segundo o novo Estatuto do Medicamento, “incluirá obrigatoriamente a denominação comum da substância activa, da marca, do nome do titular de introdução no mercado, da forma farmacêutica, da dosagem e da posologia”.

E adiantou que “o médico prescriptor terá à sua frente um



amplo painel de informações que incluem o custo da dose média diária e lhe permitirá escolher a alternativa que lhe pareça mais adequada à sua acção final de decisor de saúde, bem informado das implicações económicas de cada alternativa”.

Quanto à alteração do princípio da “substituibilidade de medicamentos prescritos”, o ministro considerou que “muitos estranharão este aperfeiçoamento legislativo, considerando-o influenciado pela indústria e por um conceito excessivamente generoso de liberdade médica”.

“A esses responderemos com dois argumentos: a liberdade médica, quando restringida, é sempre substituída pela liberdade de outrem, que não o doente-consumidor. E nada garantiu, na experiência

recente, que tal liberdade nova tenha sido usada para ampliar o custo-efectividade da prescrição ou, ainda menos, os direitos do consumidor”, acrescentou Correia de Campos.

O segundo argumento apresentado pelo ministro da Saúde “assenta na mais-valia da confiança com responsabilidade sobre a desconfiança alienante. O decisor último nas terapêuticas é o médico. Se o sistema dele desconfia, dificilmente este pode ter com o sistema uma relação de completo entendimento mútuo”.

Correia de Campos admitiu que esta decisão implica “riscos”, mas disse contar com a Ordem dos Médicos para os minimizar.

“Depois, se o Estado entender que errou, pode, a todo o tempo, democraticamente, corrigir a mão”, disse.

Eficiência e poupança energéticas



CONSELHO EUROPEU

A cimeira da Primavera de líderes europeus terminou em clima de compromisso e com algumas conclusões “ambiciosas”, transmitindo assim um sinal positivo quanto ao desenvolvimento de uma política energética comum. O relançamento da Estratégia de Lisboa é o sinal de empenho da Europa na continuação do seu projecto.

OS CHEFES de Estado e Governo dos 25 países-membros da União Europeia acordaram encetar uma maior cooperação entre si em matéria de política energética e criar mais empregos, sobretudo para jovens, no final do Conselho Europeu da Primavera, que se realizou em Bruxelas, de 23 a 24 de Março.

A determinação manifestada pelos líderes europeus na adopção de mais medidas com vista à obtenção de resultados concretos no

quadro da Estratégia de Lisboa para o crescimento e emprego foi a nota mais saudada nesta cimeira marcada por um consenso que muitos julgavam improvável, sobretudo devido às diferenças existentes entre os Estados-membros no *dossier* da energia.

Com o Livro Verde elaborado pela Comissão Europeia em cima da mesa, os 25 adoptaram diversas propostas do executivo comunitário com vista à criação de uma verdadeira abordagem europeia comum para o sector estratégico, tendo evitado a polémica em torno dos proteccionismos e patriotismos económicos.

No final dos trabalhos, o sucesso para muitos inesperado foi destacado pelo o primeiro-ministro português, José Sócrates, para quem o consenso alcançado constitui um “sinal claro do empenhamento da Europa” e da sua “vontade política” para crescer de forma integrada e sustentada.

Chegada a altura da revisão anual da Agenda de Lisboa, os 25 concordaram que é preciso fazer mais, e adoptaram como medidas essenciais e imediatas aumentar o investimento no conhecimento e inovação, libertar o potencial das

PME (pequenas e médias empresas) e ajudar a criar mais oportunidades de emprego para categorias prioritárias.

No caso do combate ao desemprego entre os jovens, os líderes europeus estabeleceram como objectivo que, até ao fim do próximo ano, a “todos os que saiam da escola e estejam desempregados deva ser oferecido um emprego, uma aprendizagem, formação complementar ou outra medida que favoreça a empregabilidade, no prazo de seis meses”.

“O Governo não deve tratar de toda a vida das pessoas, mas deve dar uma oportunidade”, considerou, a este propósito, José Sócrates.

Por outro lado, o Conselho Europeu instou também os 25 a “intensificarem os esforços para reduzir o abandono escolar para 10 por cento e assegurar que pelo menos 85 por cento dos jovens com 22 anos tenham concluído o último ciclo do ensino secundário em 2010”.

Refira-se, neste ponto, que Portugal é o país da União Europeia com a taxa mais elevada de abandono escolar (41,1 por cento), mais do dobro da média comunitária

(18,1 por cento), o que levou o primeiro ministro português a classificar as metas traçadas na primeira como “muito ambiciosas” para o nosso país, sem deixar, contudo, de descrevê-las também como “mobilizadoras”.

Em matéria energética, os chefes de Estado e de Governo dos 25 foram consensuais na necessidade de delinear uma estratégia energética comum, atendendo aos desafios do domínio da energia como as dificuldades nos mercados do petróleo e do gás e a crescente dependência das importações, e adoptaram algumas das propostas avançadas pela Comissão.

Foi, assim, acordado o desenvolvimento de um plano de acção comunitário para a eficiência energética, com vista a atingir 20 por cento de poupança até 2020.

Outras medidas acordadas passam pelo aumento da cooperação entre os reguladores e os operadores dos sistemas dos Estados-membros, fazer as redes operar como uma grelha europeia única, aumentar a transparência dos mercados do petróleo e do gás, reforçar a aposta nas energias renováveis e promover o uso da biomassa para o fabrico de

biocombustíveis.

Este primeiro Conselho Europeu de 2006 ficou ainda marcado pelo aval dos líderes europeus à liberalização de serviços na UE, dando assim uma orientação à Comissão Europeia para esta que apresente uma proposta de legislação com base no texto acordado pelo Parlamento Europeu.

Esta indicação dirigida ao executivo comunitário, que vai apresentar no início de Abril uma proposta revista amplamente inspirada nas emendas sugeridas pela assembleia, significará na prática o fim de um longo processo negocial em torno da famosa “directiva Bolkenstein” sobre prestação de serviços.

Neste aspecto, José Sócrates considerou que a posição adoptada pelos 25 na Cimeira da Primavera foi uma “boa decisão”, destacando de seguida que o compromisso alcançado pelos deputados europeus em Fevereiro passado “foi ao encontro daquilo que foram as posições de sempre da diplomacia portuguesa”.

“Trata-se de um texto bom e de compromisso que serve e faz avançar a Europa”, acrescentou.

M.R.

MOSTRA FOTOGRÁFICA DE 20 ANOS DE INTEGRAÇÃO EUROPEIA

OS PRIMEIROS-MINISTROS de Portugal e de Espanha definiram os 20 anos de integração na União Europeia como os “melhores da história” dos dois países, elogiando os políticos que se aventuraram a entrar na família europeia.

José Sócrates e José Luís Zapatero inauguraram, no passado dia 24 de Março, a exposição “Portugal e Espanha – 20 anos de integração europeia” no Parlamento Europeu, em Bruxelas, uma mostra que retrata as duas décadas da vida dos dois países desde a

entrada na UE, através de fotografias, cartoons e primeiras páginas de jornais.

“Estes 20 anos foram uma história de sucesso no plano social, político e económico”, afirmou o chefe de Governo português, saudando a “clarividência” dos políticos que decidiram entrar no projecto europeu.

Para Sócrates, os dois países ibéricos estiveram sempre “à altura” em todos os grandes desafios da integração, desde a entrada na União a 1 de Janeiro de 1986, citando como exemplos a criação do mercado

único, o euro ou o processo de alargamento, momentos que também deixaram marcas nas relações com África e com a América Latina.

Por sua vez, o primeiro-ministro espanhol manifestou a intenção de “render homenagem à Europa e aos que decidiram apostar neste projecto”, agradecendo o apoio da UE à paz, numa clara referência à trégua anunciada pela organização separatista basca ETA.

De referir que a exposição “Portugal e Espanha – 20 anos de integração europeia” conta com cerca de duas centenas de imagens

e trabalhos de fotoperiodistas profissionais portugueses e espanhóis que retratam momentos-chave das duas décadas de integração europeia, mas também da vida antes da adesão dos dois países ibérico, nos anos 70 e 80.

A mostra, que também assinala os processos de democratização dos países ibéricos, vai tornar-se itinerante a partir de Maio, altura em que passará pelo Parlamento português, por ocasião do dia da Europa, que se celebra no dia 9 do referido mês.

Novo desígnio passa pela ciência conhecimento e inovação



Fomentar a cultura do investimento na ciência e no conhecimento é a chave mestra do sucesso das economias modernas. Esta a ideia central do discurso do secretário-geral do PS, José Sócrates, no Fórum das Novas Fronteiras realizado no dia 1, no Porto.

MARY RODRIGUES

PERANTE a vasta audiência de reputados cientistas, autarcas, deputados e membros do Executivo reunida no edifício da Alfândega portuense, o líder socialista propôs uma acção concertada entre Estado e sociedade em prol do desenvolvimento do país.

“Na ciência e na investigação, o Governo está a fazer o que deve”, afirmou categórico, após recordar as sete medidas que, na área do conhecimento e da inovação, anunciou no debate mensal da Assembleia da República de 31 de Março.

Vencer o atraso de Portugal relativamente aos seus parceiros comunitários nesta área implica – segundo Sócrates – avançar já com uma “aposta séria e determinada” na ciência.

E porque Portugal esperou de mais e já não há tempo a perder, o primeiro-ministro defendeu vincadamente ser “chegado o momento de exigir dos outros – universidades, comunidades científicas e empresários – mais responsabilidade, nomeadamente na boa aplicação das verbas provenientes dos impostos de todos os portugueses”.

Na abertura das Novas Fronteiras da Ciência e do Conhecimento, o líder do PS desafiou os cientistas e os académicos a “fazerem mais pela inovação”, sublinhando que o Executivo socialista está a dar passos em frente importantíssimos com o aumento histórico dos financiamentos públicos neste sector estratégico – 250 milhões de euros.

“Não há área mais sensível para o desenvolvimento e para o crescimento sustentado da economia do que o conhecimento científico”, advogou o primeiro-ministro, para quem um maior investimento na ciência e na investigação deverá ser acompanhado de um aumento significativo do investimento empresarial também nestas áreas.

Acrescentou igualmente que o facto desta aposta ser feita num período de fraco crescimento económico só pode significar que “o pouco dinheiro que temos não poderá ser repartido por todos”, pelo que as nossas estratégias “devem ser baseadas em bons e rigorosos critérios”.

Por isso – continuou – “o Estado português não vai continuar a financiar cursos superiores com menos de 20 alunos, nem pólos de ensino universitário que não respeitem os critérios mínimos de avaliação internacional”.

Depois, reforçou a ideia de que as decisões relativas à inovação e ao conhecimento recentemente anunciadas no Parlamento e as já postas em prática desde a tomada de posse do Governo são prova cabal de que “o compromisso socialista com as ciências não é de hoje”.

“O nosso compromisso com a ciência, pelo futuro de Portugal, é uma missão do Estado, mas também da sociedade”, asseverou, sublinhando que “investir na investigação e no conhecimento é também responder à necessidade de realização individual”, às exigências subjacentes à globalização, ao imperativo de elevar o capital científico e a qualificação dos nossos recursos humanos e corresponder a todos os requisitos de integração no projecto de integração europeu.

“Chegou a hora de dar uma nova ambição a Portugal”, concluiu.

Reorganizar, racionalizar e otimizar

A encerrar a sessão, o ministro da Ciência e do Ensino Superior

defendeu que sem uma reforma universitária não é possível desenvolvimento e investigação científica e que os apoios financeiros públicos deverão canalizar-se “só para aquelas que estiverem melhor preparadas”.

Segundo Mariano Gago, muitos estabelecimentos de ensino superior precisam de ser alvo de um processo de modernização que – enfatizou – será uma batalha a começar “no interior das próprias instituições” e que passará incontornavelmente por uma gestão diferenciada e por aumentar o esforço de alunos e docentes nas novas tecnologias.

Com vista ao desenvolvimento da ciência, o governante referiu que o Executivo do PS manterá “o máximo de parcerias e colaborações com as universidades” e desafiou os investigadores a definirem e proporem a política científica em Portugal.

Trata-se, pois, de retomar a estratégia dos governos socialistas da década de 90, quando foram criados os laboratórios associados.

Em suma, a ideia é concentrar os centros de investigação, eliminando as pequenas e ineficientes unidades existentes, onde os jovens não têm futuro, seguindo uma lógica de “reorganização, racionalização e aumento de produtividade”.

Mariano Gago frisou também a importância de captar mais investigadores estrangeiros para engressar as fileiras nacionais, destacando ainda que a aposta do Executivo centra-se nas oportunidades e em “grupos de excelência”, mas também em “áreas emergentes” que “não são muito caras, precisam é de pessoas competentes”.

Como mudanças práticas, o governante apresentou a revisão do número de horas de aulas passivas, que deverão ser substituídas por “atividades reais de aprendizagem”.

O Fórum das Novas Fronteiras da Ciência e do Conhecimento repartiu-se por dois painéis. O primeiro – sobre “Computação, Nanotecnologias, Física, Matemática e Engenharia” –,



UNIVERSIDADES TAMBÉM DEVEM PRESTAR CONTAS

O PRESIDENTE do Ipatimup, Manuel Sobrinho Simões, foi ao encontro das palavras do primeiro-ministro, frisando que “o grande problema é que temos um sistema científico francamente bom, mas não temos um sistema universitário francamente bom”. “O grande desafio é fazer com que o científico puxe o universitário”, disse, defendendo que se adopte, através de critérios de financiamento mais rigorosos, “mecanismos de recompensa/castigo”. As universidades terão de seguir o exemplo dos laboratórios e centros científicos e unir esforços na prossecução de objectivos comuns, criando ainda o hábito de prestar contas.



INVESTIR EM INVESTIGAÇÃO É IMPERATIVO DE DESENVOLVIMENTO

ALCINO Silva, director de um centro de investigação na Universidade da Califórnia e com toda uma carreira feita nos Estados Unidos, considerou “extraordinário que Portugal finalmente se resolva a investir na ciência”, salientando a relação crescente entre esta área, saúde e economia. “Cada vez mais a economia internacional dependerá da saúde. As dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha já dependem, em biliões de dólares por ano, dos seus produtos farmacêuticos”, afirmou. Para o investigador, este tipo de produtos vai revolucionar a economia mundial do mesmo modo que nos anos 70 os computadores o fizeram e, “se Portugal não investir nisso, está condenado a transformar-se numa economia de terceiro ou quarto mundo”.



CHAMAR OS JOVENS PARA A CIÊNCIA

NA ÁREA da ciência, a questão fundamental é perceber até que ponto os sistemas vivos são o resultado de um diálogo prosaico entre os genes e o meio. Esta a mensagem deixada pelo presidente do Instituto de Biologia Molecular e Celular, Alexandre Quintanilha, para quem o nosso país está, neste aspecto, ao nível de qualquer outro país do globo, embora lhe falte “gente e instituições sólidas para fixar cientistas de grande qualidade” e precise de criar condições para atrair juventude para os sectores da investigação e da inovação.



CRIAR ESTRUTURAS ÁGEIS E EFICIENTES

PARA Teresa Lago, da Universidade do Porto, é necessário avaliar as instituições de investigação, de modo a permitir que se criem “estruturas muito leves, ágeis e eficientes”. Fazendo um apelo ao “equilíbrio geográfico”, para que a investigação não seja apenas feita em Lisboa e no Porto, a professora catedrática apontou como prioridades importantes “repensar a gestão das universidades”, dar finalmente “o salto qualitativo” e distinguir formação de investigação, porque – vincou – “nem todo o doutoramento implica um bom investigador”.



FINANCIAMENTOS DEVEM VISAR ÁREAS COM MAIS-VALIA

DEFENDENDO ser “imperativo” proceder a um investimento com estratégia em áreas com mais-valias, o investigador Rui Reis, da Universidade do Minho, criticou a velha política de disseminar as verbas públicas por demasiados sectores. Reis advogou ainda a necessidade de se proceder a alterações no sistema “para que possamos ser competitivos” e apelou à criação de legislação sobre células estaminais.

contou com a participação, entre outros, de Carlos Fiolhais, Teresa Lago, António Pascoal e Luísa Mota Vieira.

“Ciências da Vida e Biotecnologia” foi o tema do segundo painel, com Manuel Sobrinho Simões, Alexandre Quintanilha, Margarida Neves Correia e Fernando Lopes da Silva, entre outros participantes.

No quadro geral das intervenções, os investigadores pediram ao Executivo que faça acompanhar o aumento de financiamentos públicos na ciência de “acções concretas”

para que esses investimentos possam ter resultados, salientaram a necessidade de travar a fuga de cérebros, criando condições para que estes circulem num mercado comum mais vasto.

Não frustrar os jovens que estão a ser atraídos pela ciência foi outro dos apelos lançados pelos cientistas-oradores, para quem esta meta passa também pela estabilização do sector, a desburocratização, mais mobilidade, regularização dos financiamentos e ainda pela renovação na liderança.

OPINIÃO



JOAQUIM JORGE VEIGUNHA

Considerar os sindicatos como representantes de interesses sociais organizados é um facto que não merece a mínima contestação. O que é inaceitável são os juízos de valor que se constróem a partir deste facto

Sindicatos, uma força de bloqueio?

RECENTEMENTE alguns comentadores não se têm cansado de acusar os sindicatos de representarem interesses sociais organizados. Estas considerações comportam um juízo de valor negativo sobre um facto histórico social, provavelmente ignorado pelos que partilham a cartilha neoliberal de inspiração thatcheriana para quem a sociedade se reduz a um somatório de indivíduos. No entanto, tornam-se preocupantes quando algumas vozes governamentais de um partido que se reclama de socialismo democrático revelando algum desconhecimento sobre a história do movimento sindical se aliam à direita neoliberal na demonização dos sindicatos. Considerações tanto mais preocupantes quanto pensarmos que o Partido Socialista tem uma base sindical que, por ocasião de consultas eleitorais, é convocada a defender incondicionalmente as posições da sua direcção política como se fosse uma mera correia de transmissão desta. Nestas alturas, o esquecimento ou o juízo negativo apaga-se como que por milagre e os sindicalistas em geral parecem reconquistar o reconhecimento integral dos dirigentes partidários socialistas sem correrem o risco de serem acusados de forças de bloqueio.

Considerar os sindicatos como representantes de interesses sociais organizados é um facto que não merece a mínima contestação. O que é inaceitável são os juízos de valor que se constróem a partir deste facto e que tendem a converter os sindicatos ou pelo menos alguns deles em defensores interesses particulares exclusivos que põem em causa o interesse geral alegadamente representado pelos governos democraticamente eleitos. Não se percebe antes de tudo por que motivo a posição não é a mesma relativamente aos grandes empresários e ao sector financeiro: não representam ambos interesses organizados? E o facto de serem representantes destes interesses implica necessariamente que sejam avaliados negativamente? Obviamente que não. Têm todo o direito a organizar-se, a contestar a política governamental e a apoiar os candidatos políticos que considerem melhor servir os seus interesses. Se isto é legítimo para os outros interesses

organizados por que motivo não o será para os sindicatos que representam os interesses de milhões de trabalhadores? Ou será que a direcção do Partido Socialista pensa que as operações de sedução relativamente aos interesses empresariais e financeiros organizados lhes irá render muitos votos em futuras eleições? Basta olhar para a última eleição presidencial para chegar à conclusão que estas manobras de sedução mais cedo ou mais tarde irão desembocar no vazio.

Mas por detrás da concepção dos sindicatos como interesses organizados de bloqueio da acção governamental desponta uma tese reconfortante: os sindicatos ou pelo menos muitos deles são controlados pelo Partido Comunista que apenas visa fazer guerrilha contra o Governo socialista sem apresentar propostas alternativas. Certamente que esta tese é, em parte, verdadeira. No entanto, quem conhece hoje o panorama sindical nacional chega à conclusão que ela exprime mais uma situação do passado do que do presente. É um facto que mesmo em inúmeros sindicatos da CGTP/Intersindical, central em que a tendência maioritária é comunista, existem outras correntes, nomeadamente socialistas, que afirmam a sua autonomia relativamente ao enquadramento partidário e que recusam transformar-se em correias de transmissão da hegemonia de um partido. E isto, apesar da grande maioria dos sindicatos da CGTP não reconhecerem o direito de tendência. No entanto, parece que para alguns continua a ser politicamente profícuo que os sindicalistas mais activos, combativos e propositivos sejam filiados no PC, e não no PS e em outras organizações partidárias. O que está longe de ser verdade. Não se admire portanto que, ao caírem em si ou curados da sua ignorância crassa sobre o movimento sindical nacional por ocasião das consultas eleitorais, alturas em que emerge nas suas mentes um sobressalto de consciência, não recolham uma adesão triunfal e incondicional às suas propostas por parte de muitos sindicalistas socialistas mais críticos relativamente a algumas políticas governamentais. Precisamente porque estes não são uma correia de transmissão de nenhum partido político: nem mesmo do seu.

OPINIÃO



RICARDO GONÇALVES
Deputado eleito pelo Circuito de Braga

Nunca conseguimos ter uma política para o interior para desenvolver as suas potencialidades a começar pela agricultura, continuando na floresta, prosseguindo no turismo, fixação de empresas

Interior: uma luta de recomeço permanente

A POLÍTICA dos governos democráticos para o interior em várias vertentes falhou. E pode dizer-se que, inclusivamente, a própria política autárquica, em determinados aspectos, também ajudou a esse falhanço. É verdade que foram desenvolvidas infra-estruturas no interior, foi possível concretizar boas obras, conseguiu-se qualificar pessoas mas o grande buslúis da questão é que não se conseguiu criar riqueza. Por isso mesmo, as pessoas não conseguem viver no interior com um bom nível de vida, ou pelo menos com a dignidade que hoje se diz aceitável. Desta forma, continuamos a assistir ao fenómeno da migração seja para o estrangeiro, seja a deslocalização dentro do próprio país. Ora, face a todos estes circunstancialismos, é evidente que a política que agora se preconiza tem de ser levada por diante e eu compreendo-a, embora lamente que tenha de revestir-se de medidas tão drásticas.

Nesta altura, temos de pensar seriamente naquelas escolas que têm menos de uma dezena de alunos e nas consequências desse isolamento, na solidão de que essas crianças podem ser vítimas; temos de pensar nos postos médicos de atendimento permanente que apenas têm três ou quatro utentes por noite; temos ainda de rever o funcionamento de muitas repartições públicas, com a conveniência de serem fundidas e hipoteticamente se constituir mini-Lojas do Cidadão para servir melhor esse mesmo cidadão e rentabilizar os espaços. Ou seja, há toda uma vasta situação que exige uma atenção redobrada e medidas especiais que hoje em dia se tornam definitivamente necessárias e para as quais o Governo continua na senda das decisões corajosas. O que é pena, do meu ponto de vista, é que, três décadas depois do 25 de Abril, tenhamos dois terços do território muito envelhecido, sem grande futuro e bastante sacrificado.

Mas porque é que chegámos a esta situação? É com pena que temos que verificar que Portugal acabou, verdadeiramente, com grande parte da agricultura, o que se iniciou ainda no tempo em que o hoje Presidente da República era primeiro-ministro (Cavaco Silva antecipou a abertura das fronteiras em dois anos a troco de 90 milhões de contos e nunca ninguém percebeu para onde foi esse dinheiro). Por outro lado, nunca conseguimos ter uma política para o interior para desenvolver as suas potencialidades a começar pela agricultura, continuando na floresta, prosseguindo no turismo, fixação de empresas. Além do mais, nunca soubemos concretizar verdadeiramente a transformação dos produtos locais em criação de riqueza, a par da atracção de outros investimentos, e ao mesmo tempo não houve a preocupação em não deixar fugir os quadros do interior ou seja, toda a gente viveu de costas voltadas uns para os outros.

Pode dizer-se que, actualmente, as reacções da população a todo este conjunto de medidas é compreensível. Afinal, sempre que se preconiza uma mudança, seja a que nível for e seja onde for, há sempre vozes que se levantam em oposição. O problema é que a situação a que chegámos é muito complexa e difícil, exigindo, de uma vez por todas, e de forma inequívoca e firme, que se tome medidas. Não se trata, ao contrário do que muitas vezes se pensa, de prejudicar as crianças, de prejudicar os doentes, de prejudicar o cidadão comum o que se verifica é que em muitos casos não há condições adequadas para o desenvolvimento, a esses vários níveis e há, por isso, que mudar as coisas. É nessa base que o actual Governo, dentro das limitações que tem, e sempre dentro do espírito de coragem que o tem caracterizado, procura encontrar soluções para estes problemas.

Antes de mais nada, portanto, é preciso qualificar. Daí que as escolas tenham que ser melhores, que os alunos tenham que encontrar mais condições para aprender, que não fiquem isolados; daí também que as pessoas tenham que sentir segurança e desfrutar de melhores transportes. A partir daí, há que abarcar tudo o que fica e, se necessário, recomeçar de novo. A luta no interior tem que ser uma luta de recomeço permanente mais firme e confiante.

ELEIÇÕES INTERNAS

Congressos federativos

6 ou 7 de Maio

**Eleição do presidente da federação
e dos delegados ao congresso**

21 ou 22 de Abril

**Eleições para os órgãos
das concelhias e secções**

entre 17 e 31 de Março

Informações sobre regulamentos em

www.ps.pt

Com os olhos postos no futuro

DEBATE MENSAL

A ciência vai ser reforçada com 250 milhões de euros de investimento público e comunitário. Esta verba estará já disponível no próximo Orçamento de 2007. Trata-se, como frisou o primeiro-ministro, de uma medida sem paralelo na história recente do país.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

JOSÉ SÓCRATES foi ao Parlamento apresentar sete novas medidas para um compromisso com a Ciência. A meta é duplicar a capacidade científica e tecnológica do país até ao final da legislatura, reforçando e ajudando a melhorar o perfil da nossa economia.

Segundo Sócrates, como resultado desta política agora anunciada, o investimento público no sector da Ciência e Tecnologia, passará dos actuais 0,79 por cento para 1 por cento do PIB, até 2009.

Para o primeiro-ministro, chegados a este patamar, Portugal colocar-se-á então a par dos melhores níveis do investimento público em Ciência e Tecnologia na Europa.

Chegou a hora de Portugal fazer uma aposta séria na Ciência e no conhecimento, disse Sócrates, constituindo esta a aposta essencial para o crescimento económico e para o desenvolvimento social do país.

Apesar de Portugal atravessar um período conturbado do ponto de vista orçamental, esta será, na perspectiva de José Sócrates, mais uma razão para tornar claras as prioridades na aplicação dos recursos financeiros disponíveis nas áreas que podem fazer a diferença em termos de desenvolvimento.

Como referiu o chefe do Governo, a escolha pela ciência "sempre esteve no centro do Plano Tecnológico e é na Ciência que hoje se joga o futuro de Portugal".

Para se ter uma ideia do trabalho que o país tem pela frente, basta referir que Portugal investe em Investigação e Desenvolvimento (I&D) cerca de 0,79 por cento do seu PIB, enquanto que na Europa a média situa-se nos 1,9 por cento, ou seja, mais do dobro.



Por outro lado, e no que respeita ao número de investigadores, assinala-se entre nós, por cada mil activos, só cerca de 3,5 por cento é que trabalham nesta área, percentagem significativamente inferior à registada nos restantes países da União Europeia onde por cada os mesmos mil trabalhadores activos, existem 5,5 por cento de investigadores.

Também o número de novos doutoramentos em áreas científicas e tecnológicas em Portugal registam um pouco mais de metade da média europeia, assim como o número de patentes registadas internacionalmente é em Portugal 7 vezes menor do que, por exemplo, em Espanha e 40 vezes inferior à média da União Europeia.

É este o verdadeiro panorama com que nos debatemos, como sublinhou o primeiro-ministro, "a verdadeira medida do nosso atraso e a situação que temos que alterar".

Daí, a forte aposta do Executivo socialista na Ciência e no conhecimento, através das medidas agora anunciadas e que pretendem colocar o país, até ao final da legislatura, a par dos seus parceiros da UE.

60 por cento de aumento para bolsas de doutoramento

Como recordou durante o debate mensal de Março, as políticas voltadas para o apoio à Ciência e o conhecimento, não começaram, por "um qualquer capricho", a ser pensadas agora mas algo que desde cedo sempre fizeram parte dos princípios fundadores e orientadores do Governo.

E os factos assim o comprovam. Foi este Governo, por exemplo, que repôs os incentivos fiscais, retirados pelos governos da direita, às empresas no sentido de as estimular a procurarem na investigação e no desenvolvimento o caminho mais acertado para o seu progresso, assim como foi este Executivo socialista o responsável pelo aumento em mais de 17 pontos percentuais da verba para a Ciência no Orçamento de 2006. Por outro lado, foi lançado o processo de avaliação do sistema universitário e científico, e recuperou-se o atraso na implementação do processo de Bolonha. Mas outro conjunto de iniciativas devem igualmente ser atribuídas a este Governo, nomeadamente o desen-

volvimento da internacionalização das Universidades portuguesas, a promoção e a generalização do acesso a banda larga. Do mesmo modo foram concedidos significativos benefícios fiscais para a aquisição de computadores a diversas empresas e a muitos milhares de famílias. Finalmente, desde que tomou posse, o Governo do Partido Socialista lançou o Programa Ciência Viva e já pagou cerca de 30 milhões de euros de quotas em atraso aos organismos científicos internacionais, situação que, como afirmou José Sócrates, "de forma lamentável, envergonhava o nome de Portugal e desprestigiava a comunidade científica portuguesa".

Ultrapassado este cenário, é o futuro que mais interessa. Neste sentido, o primeiro-ministro lembrou que o programa do Governo assume desde o princípio, e como um dos seus mais importantes pontos, aumentar em 50 por cento os recursos humanos na área da investigação e desenvolvimento, subindo simultaneamente para 1500 por ano o número de doutoramentos em Portugal e de portugueses no estrangeiro.

Estimular o emprego científico no sector público e privado, tornar obrigatória a prática experimental em disciplinas científicas e técnicas nos ensinos básico e secundário, são outras das medidas já em marcha.

Por outro lado, o primeiro-ministro anunciou que este ano haverá um aumento de 60 por cento as bolsas de doutoramento, assim como prevê igualmente a contratação pelas instituições científicas de 500 novos investigadores doutorados até ao final de 2007.

Também no que respeita ao registo internacional de patentes, José Sócrates afirmou que o Estado irá apoiar financeiramente estas iniciativas, mas que também dará todo o seu apoio e incentivará o investimento das empresas em I&D, do mesmo modo que reforçará a intervenção e participação no Programa Ciência Viva para que esta iniciativa passe a representar e a constituir junto das escolas e das famílias um trabalho mais de acordo com a necessária e urgente promoção da cultura científica.

SETE MEDIDAS PARA UMA APOSTA NA CIÊNCIA

- 1** A Ciência continuará a ser uma prioridade orçamental. 250 milhões de euros de investimento público e comunitário, serão destinados à Ciência e à Tecnologia, já no próximo Orçamento de 2007.
- 2** Promover de forma progressiva o sistema científico universitário. Pretende-se que o aumento deste investimento corresponda a um esforço sério de racionalização, de qualificação e de produtividade.
- 3** Aumentar em mais de 60 por cento as bolsas de doutoramento e de pré-doutoramento já esta ano de 2006.
- 4** Viabilizar a contratação pelas instituições científicas de 500 novos investigadores doutorados até ao final de 2007.
- 5** Apoiar, pela primeira vez, o financiamento do registo internacional de patentes, quer nos EUA, quer na UE. Serão disponibilizados para o efeito 500 mil euros para co-financiar este processo de registo.
- 6** Estimular o investimento das empresas em Investigação e Desenvolvimento (I&D). Nas empresas em que o Estado tem uma participação accionista relevante, tomará medidas para que o investimento em I&D, dessas empresas, esteja em linha com os níveis internacionais de referência para os respectivos sectores.
- 7** Reforçar a intervenção do Programa Ciência Viva junto das escolas e das famílias.